

Flávio Dino pode passar à frente de Moraes na fila do impeachment do próximo Senado

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Negócio bilionário do Globo/MGM abalado com a MP de Lula contra bets

Chegada da televisão interativa iria turbinar as apostas durante as transmissões esportivas

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Lula e Flávio na caça dos indecisos na reta final

Na última semana da campanha, Lula e Flávio intensificam seus esforços de campanha para conquistar votos dos indecisos e crescer nas pesquisas antes do pleito.

PÁGINA 6

Na Papudinha, Vorcaro, feliz, arma delação pós-eleição

Depois de ter recusadas duas delações premiadas, ex-banqueiro ainda permanece feliz na Papudinha. Prepara uma proposta para apresentar com novo presidente eleito.

TALES FARIA - PÁGINA 4

CELINA NA SABATINA AO CORREIO DA MANHÃ: “NÃO SOU O IBANEIS”

CORREIO DA MANHÃ



Celina: Ibaneis tem “responsabilidade objetiva” na crise Master/BRB

Na última sabatina do Correio da Manhã com os principais candidatos ao GDF, Celina Leão, que concorre à reeleição pelo PP, busca se diferenciar de seu antecessor, Ibaneis Rocha (MDB), de quem foi vice. Para ela, Ibaneis tem “responsabilidade objetiva” nos pro-

blemas decorrente da tentativa de compra do Master pelo BRB por ter dado “anuência” à operação. Celina aponta pontos positivos da gestão Ibaneis, mas que isso não a obriga a “anuir” com seus erros. E fala também da saída de Arruda da disputa.

PÁGINA 14

RJ LEVA SERVIÇOS E INFORMAÇÕES TURÍSTICAS À FEIRA DE TURISMO DE BUENOS AIRES

No momento em que estabelece recordes de turistas estrangeiros, o estado do Rio promove ainda mais seus pontos turísticos. No estande do governo na Feira de Turismo de Buenos Aires, os visitantes, por meio de um mapa interativo, visualizam e conhecem os destinos turísticos fluminenses. Além disso, um caderno especial, produzido pelo Correio da Manhã em parceria com o jornal argentino Página 12, detalha o melhor de cada região do estado para o turista se encantar além da capital.

GENTE VIP - PÁGINA 24



Alfredo Lopes, presidente do HotéisRio, com a mulher, Cristiane Sales, lendo o Caderno Especial na Fitur Buenos Aires

JHONATAN OLIVEIRA

DF tem 2ª maior frota de carros elétricos do país

Dados do Detran-DF mostram que a frota soma 59.186 veículos, sendo 19.659 de carros 100% elétricos e 39.527 híbridos.

BRASILIANAS - PÁGINAS 15

Kassab de olho nas eleições do Rio e de Pernambuco

Gilberto Kassab, presidente nacional do PSD, está de olho nas eleições de Rio e Pernambuco, onde pode ganhar os governos.

CORREIO POLÍTICO - PÁGINA 7

Aeronáutica quer reformar imóveis no Rio

Militares alegam possíveis invasões de organizações criminosas para justificar as obras. Aeroporto do Galeão é um dos alvos.

CAPPELLI - PÁGINA 2

RAFAEL OLIVEIRA

FÓRUM DO HOTÉISRIO DEBATE ATIVIDADES DO SEGUNDO SEMESTRE

CORREIO BASTIDORES - PÁGINA 5

ANDRÉ SOUZA

MPF FECHA ACORDO DE R\$ 40 MILHÕES POR IMPACTOS NA RIVIERA

CORREIO JURÍDICO - PÁGINA 11



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Militares alegam risco de invasões do CV para justificar reformas na Aeronáutica

■ Militares da Aeronáutica alegaram o risco de invasões por integrantes de organizações criminosas, como o Comando Vermelho (CV), para justificar reformas em imóveis funcionais na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. O argumento foi apresentado em um processo do Tribunal de Contas da União (TCU) que apura possíveis irregularidades em obras realizadas pela Prefeitura de Aeronáutica do Galeão.

■ Segundo a defesa apresentada ao tribunal, os imóveis estão localizados em uma região considerada de alta periculosidade, marcada pela atuação de organizações criminosas. Os responsáveis pelas reformas afirmaram que a situação exigia medidas urgentes para garantir a segurança das instalações e dos militares que ocupavam as residências.

■ Entre os episódios mencionados estão ameaças de morte, invasões, roubos e arrombamentos. A defesa sustentou que a ocupação imediata dos imóveis por mi-



TCU apura possíveis irregularidades em obras da Prefeitura de Aeronáutica do Galeão

litares seria necessária para evitar novas ocorrências e preservar o patrimônio público.

SUSPEITAS DE IRREGULARIDADES

■ O processo analisado pelo TCU investiga indícios de pagamentos por serviços que não teriam sido executados ou que teriam sido

realizados em quantidade inferior à contratada.

■ A apuração envolve a Prefeitura de Aeronáutica do Galeão, responsável pela administração dos imóveis, além de gestores e de uma empresa contratada para a execução das obras.

■ Durante a análise do caso, fo-

ram identificadas possíveis falhas nos procedimentos administrativos e na fiscalização dos serviços. A investigação também apontou dificuldades para comprovar a efetiva execução de parte das intervenções realizadas nos imóveis.

■ Em sua defesa, os responsáveis argumentaram que as condições de segurança da região exigiam providências para permitir a rápida ocupação das residências por militares.

■ O processo também discute a necessidade de assegurar o direito de defesa dos responsáveis pelas irregularidades apontadas. Um dos argumentos apresentados cita decisões anteriores do TCU segundo as quais a condenação de um gestor por fato diferente daquele que motivou sua citação representa prejuízo ao contraditório e à ampla defesa.

■ A discussão envolve a possibilidade de responsabilização dos gestores por falhas administrativas e eventuais prejuízos aos cofres públicos decorrentes das reformas.

IANGUIÊ DINIZ

Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior; controlador e presidente do conselho de administração do grupo Ser Educacional

IA na educação: um avanço necessário e responsável

A inteligência artificial (IA) já faz parte da realidade educacional. Ela está presente nas pesquisas realizadas pelos estudantes, na preparação de aulas e em diferentes atividades acadêmicas e administrativas. Nesse contexto, proibir a sua utilização seria tão inadequado quanto permitir a sua aplicação sem critérios claros e objetivos. Por isso, a aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), das Diretrizes Orientadoras para a Utilização da Inteligência Artificial na Educação Brasileira representa um passo fundamental para adequar a formação oferecida no país às exigências e evoluções do nosso tempo.

O documento abrange todos os níveis e formatos de ensino. Seu mérito inicial está em reconhecer que a tecnologia deve permanecer subordinada às finalidades educacionais. A IA pode ampliar possibilidades de aprendizagem, apoiar o trabalho docente, favorecer a acessibilidade e contribuir para a gestão, mas não deve substituir o julgamento, a responsabilidade e a mediação das pessoas.

Ao mesmo tempo, o documento não ignora que os estudantes precisam ser preparados para compreender a tecnolo-

gia que já influencia a vida social e profissional. A proposta prevê a integração progressiva da inteligência artificial à educação digital, midiática e computacional. Isso envolve conhecer o papel dos dados, identificar riscos, limitações e vieses, reconhecer conteúdos sintéticos e situações de desinformação, verificar fontes e desenvolver autonomia intelectual, cidadania digital e comportamento ético.

Na educação básica, as diretrizes estabelecem cuidados com as crianças e os adolescentes. Até o 5º ano, os estudantes não deverão ter acesso direto, autônomo ou sem supervisão a ferramentas de IA, especialmente às aplicações generativas, conversacionais, preditivas ou adaptativas. Quando utilizadas, elas deverão integrar atividades mediadas por profissionais da educação, com proteção reforçada dos dados pessoais e comunicação às famílias.

Na educação superior, os desdobramentos são ainda mais amplos. As instituições terão o desafio de integrar a IA à formação acadêmica sem permitir que ela enfraqueça a autoria, o pensamento crítico ou a responsabilidade intelectual. A tecnologia poderá ser estudada em si mesma e empregada como apoio ao ensino, à pes-

quisa e à extensão, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, os projetos pedagógicos dos cursos e as particularidades das diferentes áreas do conhecimento.

Trata-se de um encaminhamento essencial, pois preparar os estudantes para o mercado de trabalho contemporâneo passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da capacidade de compreender as possibilidades e limitações desses sistemas, utilizar dados de maneira responsável e reconhecer as implicações éticas, jurídicas e sociais de suas escolhas.

Nesse processo, as licenciaturas ocupam posição estratégica. A formação dos futuros professores deverá abordar o letramento digital docente, o uso pedagógico das tecnologias emergentes, a análise crítica de dados educacionais, a avaliação apoiada por recursos digitais e os aspectos éticos envolvidos. Sempre que possível, esses conhecimentos deverão dialogar com o estágio supervisionado, a extensão e a pesquisa.

Também caberá às instituições de educação superior estabelecer políticas para o uso da IA no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão acadêmica. Será necessário definir parâmetros sobre transparência, autoria, integridade acadêmica, proteção de direitos, declaração do uso da tecnologia e prevenção de condutas incompatíveis com a honestidade intelectual.

A classificação das aplicações em di-

ferentes níveis de risco é outro avanço. Quanto maior o potencial de uma ferramenta interferir em avaliações, certificações, permanência, seleção, benefícios ou sanções, mais rigorosas deverão ser as exigências de transparência, documentação, supervisão e controle.

Nesse sentido, algumas práticas serão incompatíveis com a educação, entre elas a pontuação social, a inferência automatizada de emoções, a vigilância biométrica contínua, a exploração de vulnerabilidades e a atribuição automática de notas a produções autorais que exijam interpretação. Detectores de conteúdo gerado por IA, por sua vez, não poderão fundamentar isoladamente punições acadêmicas ou disciplinares. Dessa forma, as diretrizes preservam a autonomia institucional, mas deixam claro que autonomia não significa ausência de responsabilidade.

O novo marco não traz respostas definitivas para uma transformação que seguirá impondo desafios. Oferece, entretanto, algo essencial: princípios para que a inovação avance com segurança, equidade e propósito pedagógico. Ao colocar a inteligência artificial a serviço da aprendizagem e manter as pessoas no centro das decisões, o CNE ajuda a educação brasileira a olhar para o futuro sem abandonar valores que dão sentido à formação humana.

O fim das bets vai deflagrar uma guerra na qual a população sabe como começa, mas não sabe como termina. O universo das apostas on-line é um negócio muito sério, envolve parceiros parrudos e com bala na artilharia. Querem um exemplo? O Grupo Globo firmou sociedade direta com a gigante norte-americana MGM Resorts International para operar no mercado brasileiro de apostas. A parceria foi estruturada por meio de uma joint venture (uma empresa em conjunto), chamada Boa Lion, criada para gerenciar as operações da marca BetMGM no país.

■Anunciada originalmente em agosto de 2024, a operadora obteve sua licença federal definitiva do Governo Lula, no final daquele ano, e iniciou oficialmente os seus serviços no mercado brasileiro em fevereiro de 2025. A MGM detinha o controle majoritário da operação, enquanto o Grupo Globo atuava como sócio estratégico nacional.

■A estratégia da parceria era unir a tecnologia, as plataformas de cassino e a experiência em jogos da MGM Resorts com o gigantesco alcance de mídia do Grupo Globo — que estava usando a sua força na TV e no meio digital para escalar e promover a marca. Havia planos, inclusive, de conectar a BetMGM a propriedades intelectuais da emissora, como o fantasy game Cartola FC.

■Agora, em junho de 2026, a sociedade formada por Globo e MGM chegou a avançar no mercado ao fechar a compra de 100% da empresa Bingão do Brasil (uma desenvolvedora de vídeo-bingo digital que tinha o apresentador Luciano Huck entre os investidores indiretos).

■Com a assinatura da Medida Provisória que determinou a proibição total e a extinção de todas as licenças de apostas no Brasil, a estratégia corporativa da sociedade foi atingida no coração.

■Como reflexo imediato e para se adequar à nova lei federal, a Globo emitiu um comunicado interno ordenando a retirada antecipada de absolutamente todos os anúncios de bets de suas plataformas de TV (aberta



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA



@colunamagnavita

Negócio bilionário do Globo/MGM abalado com a MP de Lula contra apostas on-lines

Chegada da TV interativa iria turbinar as apostas durante transmissões esportivas



REPRODUÇÃO

e fechada) e canais digitais. O encerramento definitivo imposto pela MP atinge as duas principais frentes financeiras da emissora: as centenas de milhões de reais que faturava vendendo espaço publicitário para outras casas de apostas e o seu próprio investimento direto como sócia na operação da BetMGM.

■A compra do Bingão do Brasil em junho sinaliza que os grupos Globo e MGM foram pegos de surpresa com uma decisão radical do presidente Lula. A expectativa era de uma mudança das regras, com medidas mais duras, o que na análise interna do grupo poderia até sanear o mercado, afastando os players mais frágeis, fortalecendo os operadores mais robustos.

■A grande dificuldade da família Marinho e dos seus executivos é explicar aos sócios da MGM o cenário de insegurança jurídica do Brasil. Como uma canetada de Lula vai evaporar outorgas vendidas pelo próprio Governo.

■Lula acabou ferindo um dos negócios mais promissores da família Marinho que tinha um peso até maior com a participação acionária do grupo no Nubank.

■A Globo é acionista minoritária do Nubank, embora a participação seja muito pequena (menos de 1% do banco) e tenha sido construída de forma discreta. O investimento foi estruturado por meio da Globo Ventures (o braço de investimentos em inovação e venture capital da família Marinho). Em vez de aplicar dinheiro vivo na fintech, a

Globo utilizou um modelo de negócios chamado “media for equity” (mídia em troca de participação societária).

■Em uma fase futura, os interesses do Nubank e da Globo/MGM criariam uma sinergia na construção de novos produtos inter-comunicantes, principalmente com a chegada da TV 3.0, um sistema interativo de reemissão que já está em testes.

■A integração com a TV 3.0 (o novo padrão de TV digital aberta chamado DTV+) era considerada o “pulo do gato” da sociedade entre o Grupo Globo e a MGM Resorts. A intenção da emissora era revolucionar o mercado ao transformar o aparelho de televisão em uma plataforma de apostas em tempo real por meio do controle remoto.

■Com os testes da TV 3.0 expandindo em praças, como Rio de Janeiro e São Paulo, para as transmissões de futebol, o modelo de negócios da BetMGM funcionaria integrando o sinal da antena com a internet de banda larga de forma inédita.

■Lula atirou no que viu e acertou no que não viu ao acabar com as bets. Tirou da Família Marinho o negócio mais promissor, capaz de afastar qualquer ideia de venda da TV, como ocorreu em passado recente, inclusive, no caso da reeleição de Bolsonaro. O que não se imaginava era que o Lula fosse o algoz do negócio que estava sendo gerido nos bastidores com a chegada da TV 3.0, que, aliás, teve como principal articulador o ex-ministro das Comunicações de Bolsonaro, Fábio Faria.

■O próximo passo da Globo MGM era as apostas instantâneas: “um Clique” no Controle Remoto. A TV 3.0 permite a criação de aplicativos integrados e menus interativos que rodam sobrepostos à imagem da transmissão. Durante um jogo do Brasileirão ou da Seleção Brasileira, o telespectador veria surgir barras laterais automáticas na tela. Sem precisar tirar os olhos da TV ou desbloquear o celular, o usuário utilizaria o controle remoto para fazer uma aposta rápida em qual time faria o próximo gol ou teria o próximo escanteio, além de conectar instantaneamente o login da sua conta BetMGM diretamente no televisor. Todo este planejamento virou pó com a medida provisória de Lula.

■A DTV+ foi desenvolvida para exibir janelas secundárias com dados ao vivo (escalões, posse de bola, cartões e mapas de calor). A estratégia comercial previa “casar” essas informações jornalísticas e técnicas do portal GE com as cotações (odds) de apostas flutuantes da BetMGM, incentivando o chamado live betting (apostar no calor do momento enquanto assiste ao evento em altíssima definição). Um negócio que multiplicaria os números atuais relacionados às bets no Brasil. O céu era o limite!

■Havia planos de estender os recursos do DTV+ para gamificar a programação. Um torcedor poderia usar a interatividade para escalar seu time no Cartola FC na tela e, na mesma interface, efetuar transações e jogos associados aos atletas na BetMGM.

■Como a nova Medida Provisória banuiu de forma categórica a oferta, a intermediação e qualquer tipo de publicidade ou envolvimento tecnológico com apostas online, esse modelo de negócios foi completamente abortado, por enquanto. A Globo continuará usando os recursos inovadores da TV 3.0 (múltiplas câmeras, áudio imersivo e e-commerce tradicional), mas a vertente que transformaria o televisor em um terminal doméstico de cassino e apostas esportivas foi enterrada.

■O setor de apostas on-line acredita que, após a eleição, será a própria força da Globo/MGM que poderá desenhar um retomada das apostas esportivas, eliminando definitivamente apenas o segmento de apostas de cassinos on-lines.

■Com a chegada da Tv 3.0, outras redes nacionais de televisão estavam negociando parcerias semelhantes e também com players robustos. É neste caso que alguns sinais já foram emitidos pelo Planalto pedindo cautela e paciência. O problema é a perda de confiança dos parceiros internacionais sérios.

■A medida intempestiva de Lula, no caso das bets, da forma que foi feita, vai ter desdobramentos maiores. O mercado esperava uma medida menos radical e não que as 80 outorgas vendidas a R\$ 30 milhões, cada, fossem rasgadas pelo próprio poder concedente, criando um cenário de insegurança jurídica nunca visto em um país de dimensões continentais e de uma economia como o Brasil.

■O cerne do problema é a insegurança jurídica que é causada com a canetada presidencial. É Lula desfazendo algo que o seu governo e, especialmente, o seu então ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fizeram.

■O gesto foi encarado como um ato de desespero do grupo lulista, elevando a eleição a uma luta de vida ou morte.

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Vorcaro está feliz na Papudinha, onde ainda prepara delações

Está redondamente enganado quem pensa que Daniel Vorcaro anda deprimido na prisão. Ele está na chamada Papudinha, apelido dado ao prédio do 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (19º BPM), localizado na área do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

Trata-se de uma unidade militar menor e mais controlada que os presídios comuns do complexo. Serve como alojamento, e também abriga presos com prerrogativas especiais (como policiais militares ou autoridades) em salas de Estado-Maior.

Por lá já se hospedou, digamos assim, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Além de Vorcaro, também está na Papudinha o ex-ministro da Justiça Anderson Torres.

Vorcaro tem lido livros em inglês e anda bastante bem-humorado nos últimos dias, segundo as pessoas com quem conversa. Ele não está por fora dos acontecimentos. Recebe todos os dias para audiências, separadamente, quatro advogados, que não só o mantêm a par dos descaminhos jurídicos de sua vida e de seus negócios, como também dos acontecimentos do país, especialmente no campo político.

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Omertà Togada

A sessão do Supremo Tribunal Federal na última terça-feira figurará como um marco desconcertante na trajetória recente do Judiciário brasileiro. Em meio ao acirramento dos debates no plenário, a invocação do termo Omertà — o histórico código de silêncio das organizações mafiosas — pelo ministro Gilmar Mendes, expôs uma fissura preocupante na dinâmica da Suprema Corte. Quando a exigência de espírito de corpo e blindagem institucional é externada mediante analogias dessa natureza, abre-se uma crise de credibilidade sem precedentes, na qual a transparência do debate público parece sucumbir diante da pressão pelo alinhamento corporativo.

Nesse embate, a conduta de André Mendonça sobressaiu-se pela sobriedade. Distante de confrontos ruidosos, sua posição pautou-se pela observância do devido processo legal e pela defesa do debate aberto, fundamentando-se nas normas institucionais em vez de ceder aos constrangimentos de uma pretensa lealdade interna. Em contrapartida, a articulação observada no grupo alinhado ao ministro Alexandre de Moraes — exemplificada pelo pedido de vista do ministro Flávio Dino — soou para ampla parcela da sociedade como o uso tático de expedientes regimentais para postergar deliberações incômodas e arrefecer desgastes políticos. A percepção de que a chicana jurídica é empregada para proteger determinados polos do próprio tribunal corrói a confiança republicana.

Contudo, os desdobramentos dessa tentativa de autoproteção ultrapassam os limites do plenário e repercutem de forma devastadora na política nacional. Ao engajar o governo e

O ex-banqueiro foi transferido para a Papudinha em junho por determinação do ministro André Mendonça, relator do inquérito do Banco Master no Supremo Tribunal Federal (STF). A escolha do local permitia que o ex-banqueiro tivesse maior interação com os advogados enquanto negociava um acordo de delação premiada com a PF e a Procuradoria-Geral da República.

Foi dito, na época, que a cela da Polícia Federal, onde estava desde que começaram as negociações de uma delação premiada, era dedicada a presos de passagem, o que não é o caso do ex-banqueiro, que cumpre prisão preventiva, ou seja, sem prazo determinado.

Ele já apresentou duas propostas de delação premiadas e ambas foram recusadas por não trazerem nada de novo. Seus advogados têm dito que o cliente prepara uma nova proposta. No entanto, o que se tem notado é que ele espera as eleições para, então, definir o escopo do que será dito.

Ou seja, haverá uma proposta de delação caso Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saia vitorioso das urnas e outra, caso Flávio Bolsonaro (PL) seja eleito. Delações personalizadas, conforme o gosto do freguês, pode-se dizer assim. Ou nenhuma delação, se este for o interesse do eleito.

Enquanto isso, ele fica à vontade na Papudinha. Pode até preparar recados para o mundo de fora. Quem sabe melhor do que ele o que consta nos seus celulares apreendidos pela Polícia Federal? Das fotos. Das pessoas com quem conversou. Das festas. Dos pedidos de dinheiro.

ministros indicados por Lula — como Flávio Dino e Cristiano Zanin — na linha de frente para blindar Moraes, o Palácio do Planalto compromete seriamente suas próprias pretensões de conquistar mais um mandato presidencial. Essa operação de salvamento atua como poderoso catalisador para o eleitorado, impulsionando decisivamente a candidatura opositora de Flávio Bolsonaro, que protagoniza o duelo contra os arbítrios e as práticas heterodoxas no Supremo. Ao endossar o corporativismo da Corte, Lula pode ter entregado a vitória nas mãos de Flávio Bolsonaro.

O principal vetor desse contraponto reside nas eleições para o Senado Federal. O cidadão compreendeu de forma pragmática que a Câmara Alta é o único fórum constitucional dotado de competência para fiscalizar os excessos e impor limites à atuação do Judiciário. Se antes as projeções indicavam a eleição de uma bancada de direita com aproximadamente 43 senadores, o espetáculo corporativo presenciado nesta semana tende a inflar expressivamente esse número, transformando o pleito vindouro em uma verdadeira consulta popular sobre os rumos da jurisdição constitucional no Brasil.

Mais do que uma disputa partidária, a escolha que se aproxima carrega uma dimensão ética incontornável. Existe uma contradição insanável entre a ética da Omertà — fundamentada no silêncio cúmplice, na corporativização e no privilégio pessoal — e a ética republicana, ancorada na publicidade, na impessoalidade e na submissão irrestrita à lei. Cabe aos eleitores rejeitar categoricamente nas urnas o código mafioso do corporativismo cego invocado pelo Supremo, afirmando em seu lugar a ética da legalidade e o império da Constituição Federal.

EDITORIAL

Flávio Dino vai furar a fila do Impeachment

Cada vez fica claro que a posição do ex-governador do Maranhão, Flávio Dino, é de quem está de passagem pelo Supremo Tribunal Federal. Ele cria um clima irrespirável para a convivência com seus pares. Quem pretende ficar por um longo período, como o jovem ministro Cristiano Zanin, adota uma postura civilizada e respeitosa sem escrachar as relações pessoais.

Na primeira passagem pela magistratura, em Primeira Instância, ele renunciou. Seguiu seu rumo político. Hoje, fica evidente que ele está de olho em 2030 e quer ser o sucessor de Lula. Para isso, tem que trabalhar pela reeleição do atual e octogenário presidente.

A falta de respeito de Dino pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE manifestou-se no julgamento do processo sucessório do Rio, a ponto de irritar a serena ministra Cármen Lúcia, então presidente da Corte. Teve o embate com o ministro André Mendonça na questão de Andrei Rodrigues e, agora, volta a desautorizar o colega em uma decisão sobre o retorno de uma fake news de Lula, a respeito do candidato Flávio Bolsonaro.

Flávio Dino continua acumulando um passivo indelével. Não será surpresa se, na próxima legislatura, ele passar à frente do colega Alexandre de Moraes (a quem ele prestigiou ao comparecer na festa de casamento milionária do filho de Moraes e Vivi, em São Paulo, no último dia 26), na lista de ministros a sofrer pedido impeachment pelo Senado. É só abrir a caixa preta das suas decisões recentes no Maranhão: todas para atingir o seu sucessor no governo que, aliás, era seu vice. Até agora se fecha os olhos sobre as barbáries e interferências na política maranhense, usando a sua caneta com a tinta do STF. Se os fatos forem pinçados, sobrarão razões para que ele possa ser questionado sobre o abuso de poder e desvios como magistrado. Além, é claro, do lamentável episódio da quebra do sagrado segredo da fonte, por ter sido flagrado usando carro oficial do TJ-MA para ir à praia. O Maranhão pode ser o princípio do fim do ministro pro-tempore lote do STF.

OPINIÃO DO LEITOR

Primavera

Com a chegada da primavera chega à esperança de chuva para deixar Brasília mais colorida e os gramados cheios de vida.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-20

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



Encontro da hotelaria foi realizado no Grand Mercure Rio

Fórum Comercial do HotéisRIO debate festivais no 2º semestre

O Fórum Comercial do HotéisRIO debateu, na sexta-feira (25), no Grand Mercure Rio de Janeiro Copacabana, o impacto dos festivais na movimentação turística do Rio no segundo semestre. Música eletrônica, cerveja e cultura LGBTI+ estiveram no centro das apresentações, com representantes de eventos que buscam ampliar a relação com a rede hoteleira. A proposta é transformar os festivais em ferramentas de estímulo à permanência dos visitantes, ao consumo de serviços e à geração de negócios. Entre as iniciativas apresentadas esteve a Hot Beats Music Conference, voltada à música eletrônica. Os organizadores destacaram a força do gênero no Brasil e no exterior e defenderam parcerias com hotéis para divulgação e realização de oficinas. O encontro também apresentou o Mondial de la Bière Rio 2026 e a 31ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro.

Hot Beats mira turismo carioca

A Hot Beats Music Conference foi um dos destaques do Fórum Comercial do HotéisRIO. Rafael Nazareth, Junior Campos e Rogério Gonçalves apresentaram a proposta do evento, ressaltando a força da música eletrônica e do brazilian funk no cenário internacional. Segundo Junior Campos, a conferência pretende movimentar uma cadeia de negócios, gerar empregos e arrecadação, além de estimular visitantes a permanecerem mais tempo no Rio. Entre as possibilidades estão parcerias com hotéis para divulgação e oficinas sobre música.



José Bouzon, Rafael Nazareth, Rogério Gonçalves, Julio Correa, e Junior Campos

Cerveja amplia agenda turística

O Mondial de la Bière Rio 2026 também foi apresentado aos representantes do setor hoteleiro. O festival de cultura cervejeira e gastronomia será realizado de 29 de outubro a 1º de novembro, no Píer Mauá. Criado no Canadá e realizado no Rio desde 2013, o evento busca ampliar sua relação com a cidade. O CEO Gabriel Pulcino destacou a cultura cervejeira como fator de estímulo ao turismo e defendeu ações conjuntas com hotéis para receber visitantes.

Parada aposta em parcerias

A 31ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro será realizada em 22 de novembro, na praia de Copacabana, com música, diversidade e respeito. Organizado pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+, o evento terá 14 trios elétricos e mais de 12 horas de programação. Patrícia Esteves destacou a participação de visitantes de outras cidades e sugeriu parcerias com hotéis, incluindo pacotes, tarifas especiais e ações de boas-vindas para o público.

Expansão Metroviária

O Governo do Estado firmou acordo com o BNDES e a COPPE/UFRJ para desenvolver estudos sobre a expansão e integração do sistema metroviário. A cooperação prevê análises para a Linha 2, entre Estácio e Praça XV, a Linha 4, até o Recreio, e a implantação da Linha 3, ligando Rio, Niterói e São Gonçalo. O trabalho será técnico.

Linha Três

A Linha 3 já está em fase de estudos pela COPPE/UFRJ. O trabalho conta com resultados preliminares sobre possíveis alternativas de traçado, que ainda estão sendo avaliadas. A análise considera aspectos técnicos e territoriais, que deverão servir de base para as próximas etapas de definição do projeto metroviário e de sua implantação.

Análise Integrada

A cooperação também prevê uma análise integrada dos aspectos socioeconômicos e ambientais relacionados à expansão da rede. O objetivo é avaliar impactos e oportunidades de desenvolvimento nos territórios atendidos pelo novo eixo metroviário, ampliando os elementos técnicos para futuras decisões do Estado sobre mobilidade e planejamento metropolitano.

Estudos Técnicos

Segundo o Governo do Estado, os estudos deverão aprofundar o conhecimento sobre as possibilidades de expansão e integração do metrô. A proposta é reunir elementos técnicos mais consistentes para subsidiar futuras decisões e buscar a definição do projeto considerado mais adequado para a mobilidade metropolitana do Rio, conforme as análises.

Dívida Estadual

Além dos estudos metroviários, o Estado negocia com o BNDES uma renegociação da dívida. A medida busca reduzir custos e alongar prazos, ampliando a margem para investimentos. Segundo o secretário de Fazenda, Guilherme Mercês, o desenvolvimento econômico e projetos estruturantes estão relacionados ao equilíbrio das contas estaduais e à capacidade de investir.

Parceria Institucional

A parceria reúne órgãos estaduais, BNDES e COPPE/UFRJ em torno do planejamento da mobilidade metropolitana. Participam do trabalho representantes das áreas de transporte, Fazenda e Segurança Institucional, além do Instituto Rio Metrópole. O BNDES destacou a retomada do diálogo e da parceria com o Estado do Rio para novos estudos.



Gonet: decisão por placar apertado

Decisão mantém Gonet no caso Master, com decisão do STF

Conselho do MPF: eventual suspeição deve ser discutida no Supremo

Por **Beatriz Matos**

A decisão do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) de barrar uma investigação contra Paulo Gonet mantém o procurador-geral da República à frente dos casos relacionados ao Banco Master, mas não encerra todas as discussões sobre sua atuação.

Ao rejeitar a apuração interna por 5 votos a 4, o colegiado também entendeu, por unanimidade, que não tinha competência para decidir sobre eventual suspeição ou impedimento do chefe da Procuradoria Geral da República (PGR), questão que poderá ser submetida ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O resultado preserva Gonet na condução dos processos enquanto as investigações sobre o Master continuam produzindo novas frentes no Supremo e na Polícia Federal (PF). O ministro Flávio Dino determinou que a PF investigue possíveis crimes e interferências indevidas na atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) envolvendo o banco.

No julgamento de sexta-feira (25), prevaleceu o entendimento de que as mensagens e demais elementos reunidos até agora não ofe-

recem indícios mínimos de autoria e materialidade para justificar uma investigação contra Gonet. O procurador-geral não participou da sessão sobre o próprio caso, que foi presidida pelo vice-presidente do Conselho, Nicolao Dino.

Relator do procedimento, o subprocurador Francisco Sanseverino destacou que a Polícia Federal não identificou mensagens diretas entre Gonet e Daniel Vorcaro. As referências ao procurador-geral aparecem principalmente em conversas do ex-banqueiro com o advogado Ciro Soares, apontado como intermediário.

“Não se pode examinar frases ou troca de mensagens de forma isolada e ou descontextualizadas para não criar uma situação artificial que não corresponda à realidade dos fatos”, afirmou Sanseverino.

O voto decisivo foi de Nicolao Dino, que afirmou não haver, até o momento, ato atribuído ao procurador-geral destinado a favorecer Vorcaro ou prejudicar as investigações. “Não há um ato que indique que o procurador-geral da República tenha praticado ou deixado de praticar algum ato que viesse beneficiar (...) o senhor Vorcaro”, declarou.

Lula e Flávio intensificam ataques na reta final, em busca dos eleitores indecisos

A uma semana do primeiro turno, candidatos apostam em Bets, caso Master e pontos da economia

Por **Gabriela Gallo**

Na última semana antes do primeiro turno das eleições gerais neste domingo (4), os principais candidatos à Presidência da República usam suas últimas cartas antes do fim do período da propaganda eleitoral, nesta quinta-feira (1º).

E em um cenário tão polarizado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) têm intensificado os ataques diretos um contra o outro em suas campanhas eleitorais, estratégia que deve seguir nos próximos dias.

TEMPOS DE FAKE NEWS

Em entrevista ao Correio da Manhã, a consultora de Análise Política Federal na BMJ Consultoria Raquel Alves avaliou que, nos dias finais que antecedem a eleição, as campanhas operam em duas velocidades distintas. “Em um plano ‘formal’ e nas ruas vale a ‘campanha raiz’: presença física nos maiores colégios eleitorais, atos com puxadores de voto, exposição máxima. O outro plano é o universo digital, onde a temperatura vai aumentar mais. E, infelizmente, há o risco de uma semana de boatos e fakenews. Não pelas campanhas oficiais, dado que isso poderia resultar em problemas legais, mas pelas militâncias”, afirmou a analista política para a reportagem.

E para além desses dois campos de atuação nas campanhas eleitorais, o cientista político Elias Tavares ainda reiterou que a estratégia das campanhas eleitorais de ambos os principais candidatos mira em “consolidar suas bases, evitar qualquer perda de voto e, principalmente, disputar aqueles últimos eleitores que ainda podem migrar de candidatura”.

“Nisso entra muito forte essa guerra de narrativas. A eleição chega à última semana extremamente polarizada e praticamente todo fato novo passa a ser incorporado imediatamente ao discurso eleitoral”, completou Tavares em conversa com o Correio da Manhã.

BETS

Pode-se citar como exemplo nessa guerra de narrativas a campanha de Flávio



Lula e Flávio trabalham para atrair e não perder votos

Bolsonaro em chamar Lula de “pai das Bets”, referindo-se à chamada Lei das Bets (Lei nº 14.790/2023), sancionada no primeiro ano da gestão 3 do petista.

A legislação regulamentou a atuação de casas de apostas on-line, que antes atuavam na informalidade total operando de fora do país sem autorização nem tributação. Contudo, a Lei deixou brechas. “O texto original deixou margem para a proliferação massiva de jogos virtuais programados de alta volatilidade, que não se comportam como apostas esportivas de quota fixa tradicionais, como o ‘jogo do tigrinho’ e outros cassinos virtuais”, explicou para a reportagem o professor de economia Márcio Salvato.

Diante dessa brecha na legislação, na última sexta-feira (25) o presidente Lula assinou a Medida Provisória (MP) que restringe ainda mais a atua-

ção das Bets. Porém, como a medida ocorreu dias antes do primeiro turno, Flávio Bolsonaro e opositores acusam a medida de eleitoreira.

NOSSA SENHORA

Por outro lado, a militância petista espalhou as redes com informação, negada por ele, de que Flávio Bolsonaro, evangélico, se eleito, retiraria de Nossa Senhora Aparecida do título de padroeira do Brasil.

Para a reportagem, o doutor em História, mestre em Ciência Política e professor de Relações Internacionais do Ibmecc-BH Adriano Cerqueira considerou que, apesar de ambas as campanhas eleitorais de Lula e Flávio atacarem seus adversários, o movimento do petista está partindo para o “tudo ou nada”.

“A ideia é tentar impactar isso, tentar mexer com o eleitorado cristão, que é majoritá-

rio. E colocar uma situação de desconforto na candidatura de Flávio, que é identificado como um candidato religioso, conservador. E já o Lula, tem aquela pecha, de não ser tão religioso. Então, é uma tentativa de melhorar nisso”, ponderou Cerqueira.

VOTOS VÁLIDOS

O mestre em Ciência Política considera que, para as eleições de 2026, a campanha de Lula está mais agressiva e a de Flávio mais. “A gente vê por parte do governo que está tentando a reeleição esse tipo de ação mais agressiva de última hora, no sentido de tentar segurar um ou dois pontos percentuais dos eleitores que estão no movimento de migração [de voto]. Eu identifico isso como uma ação meio desesperada para tentar estancar uma sangria percebida que é essa perda de votos”, afirmou Adriano Cerqueira.

JOEDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



Já Elias Tavares ainda reiterou que, “a essa altura da eleição, uma parcela muito grande do eleitorado já está consolidada, onde Lula e Flávio Bolsonaro têm eleitorados muito cristalizados”. Portanto, “a migração direta de um campo para o outro tende a ser mais difícil”. Diante disso, o foco não é necessariamente migrar o voto de um candidato para outro, mas ir atrás do eleitor que ainda está indeciso, do eleitor de votará em candidaturas menores e do eleitor que, apesar de já ter uma preferência, “ainda pode mudar de candidato ou até decidir não comparecer”.

“Quando os dois primeiros colocados passam a concentrar cada vez mais a eleição, cresce naturalmente o argumento de que o eleitor precisa escolher entre aqueles que aparecem com mais força na disputa. Por isso essa última semana pode não provocar uma transformação completa do cenário eleitoral, mas pode produzir movimentos importantes nas margens. E numa eleição apertada, às vezes não é necessário convencer milhões de pessoas. Uma movimentação relativamente pequena do eleitorado já pode alterar a distância entre os candidatos e até a configuração com que eles chegam ao segundo turno”, destalhou o cientista político.

DEBATE

Para a reportagem, Raquel Alves chamou a atenção para o debate eleitoral na TV Globo previsto para esta quinta-feira. Após não comparecem nos outros convites para os debates eleitorais, a expectativa é que Lula e Flávio compareçam ao menos no último debate antes do primeiro turno, mas ainda sem certezas.

Na visão da analista política, considerando que ambos os presidenciáveis compareçam, “o cenário em 2026 dá ao debate da noite de 1º de outubro um peso adicional já que os cortes para redes podem ter forte apelo emocional sobre esses dois grupos estratégicos que vão definir a eleição, que são os indecisos suscetíveis à onda de voto útil e sobre o eleitor que decide no dia da eleição, na última hora”.



Kassab e Caiado: ajuste na aposta feita pelo PSD

Um lustro na bola de cristal do PSD

O presidente do PSD e candidato a vice-presidente da Ronaldo Caiado, Gilberto Kassab, é tido como uma das mais argutas raposas da política brasileira. Para alguns, dono de um faro que lhe permitiria talvez até prever o futuro. Se assim é, no caso dessa eleição presidencial, talvez sua bola de cristal tenha ficado um pouco ofuscada. Segundo a última pesquisa Datafolha, Caiado tem apenas 4% das intenções de voto. Não virou a alternativa de terceira via que se imaginava possível para dar um fim à polarização política brasileira entre o lulismo e o bolsonarismo. Mas talvez a capacidade de Kassab não esteja exatamente em prever o futuro. Mas em se adaptar da melhor forma a ele quando o futuro vai se tornando presente. Neste ponto agora, portanto, o PSD acompanha com lupa as performances de Eduardo Paes, no Rio de Janeiro, e Raquel Lyra, em Pernambuco.

Caiado foi mais uma alternativa de direita

Primeiro, vamos aos eventuais erros. Ao sair das últimas eleições municipais como o partido que mais elegeu prefeitos, o PSD julgou-se capaz de construir uma solução presidencial alternativa. Colocou, então, dois de seus principais nomes, Ratinho Jr. e Eduardo Leite, numa disputa interna. Quando o União Brasil desistiu da candidatura de Ronaldo Caiado, acolheu-o. O nome que Kassab preferia, Ratinho Jr., desistiu da disputa. Ao escolher Caiado, Kassab não ofereceu exatamente uma alternativa mais ao centro.



Paes, caso vença: influência estratégica na República

Olho em três movimentos

Caiado foi mais um outro nome de direita que soou como resposta antiga. Em tempo de polarização extrema, a dubiedade do PSD, com nomes mais opositonistas e outros aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, talvez tenha também atrapalhado a performance de Caiado. Como posição parecia atrapalhava o MDB até o partido resolver desistir de ter, por isso, candidatos à Presidência. Assim, hora, então, de o PSD corrigir seu rumo nessa reta final da campanha eleitoral. E o partido faz isso com o olho em três movimentos.

Manter liderança em Goiás

Na acirradíssima disputa entre Lula e Flávio Bolsonaro, uma exceção se destaca. De acordo com pesquisa Real Time Big Data de 22 de setembro, em Goiás não é nenhum dos dois que lidera. Nessa pesquisa, Ronaldo Caiado, que governou o estado, aparece à frente, com 31%, embora empatado com Flávio, que tem 30%. Manter essa performance de Caiado em Goiás é um dos focos do PSD nessa reta final.

Ativos governistas

Para além de Goiás, há uma aposta forte em dois ativos que estão mais no atual campo governista: Raquel Lyra e Eduardo Paes. Eleger os dois governadores é o outro foco importante de desempenho do PSD agora. Com uma aposta: a força de influência que poderiam ter num eventual quarto governo de Lula. Ou como contrapontos.

Pernambuco

Na sexta-feira (25), no Recife, Lula deu uma impressionante demonstração da sua força no estado. Oficialmente, a multidão que se reuniu na capital pernambucana apoia o candidato de Lula ao governo, João Campos, do PSB. Mas Raquel Lyra tem suas razões para oferecer ali a Lula um certo palanque extraoficial.

60%

Em Pernambuco, de acordo com Datafolha divulgada na sexta, Lula tem um impressionante percentual de 60% das intenções de voto. Se Raquel Lyra se colocasse contra ele, suas chances provavelmente minguariam, Raquel tem uma situação de empate com João Campos, com ligeira vantagem, diz o Datafolha: 48% a 44%.

Rio

No Rio de Janeiro, o palanque de Eduardo Paes é o oficial de Lula. Num cenário mais desfavorável. Segundo o Datafolha de sexta, Flávio tem 44% e Lula tem 38%. Paes manteve na rodada o mesmo percentual de 43% da rodada anterior. Mas viu seu principal adversário, Douglas Ruas (PL), subir de 25% para 30% das intenções de voto.

Influência

Apostando que Raquel Lyra e Eduardo Paes são os favoritos para vencer as disputas em Pernambuco e no Rio de Janeiro, o PSD aposta que os dois ajudarão a aumentar o poder de influência do PSD na República. Especialmente, claro, se o vencedor para presidente, ao final, for Lula para mais um mandato, diante dos apoios, um oficial.

Quem navega é o mar

No fundo, então, talvez mais que um oráculo, o que Gilberto Kassab de fato seja é mais um navegador no estilo do descrito samba de Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho, “Timoneiro”, que diz: “Não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar”. Kassab não prevê o futuro. Procura se adaptar quando vira presente.



Mensagens de celular mostram proximidade de Alcolumbre com Vercaro

Revelações do caso Master chegam à cúpula do Senado

Davi Alcolumbre e Jaques Wagner aparecem em frentes distintas

Por **Beatriz Matos**

O caso Banco Master começa a abrir uma nova camada de investigação. Depois de avançar sobre executivos, advogados, autoridades e órgãos reguladores, o material reunido em torno do ex-banqueiro Daniel Vercaro passou a alcançar também personagens centrais do Senado. Nos últimos dias, o presidente da Casa e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), e o senador Jaques Wagner (PT-BA), candidato à reeleição pelo estado, entraram no radar por caminhos diferentes.

No caso de Alcolumbre, mensagens encontradas no celular de Vercaro e divulgadas pela revista Veja revelam uma relação de proximidade entre os dois. Segundo a publicação, são mais de 150 mensagens e registros, com manifestações de amizade e conversas mantidas inclusive em períodos em que o Master enfrentava questões de interesse direto, como a tentativa de venda da instituição ao BRB.

Alcolumbre reagiu afirmando que as mensagens de caráter pessoal “não indicam ilegalidade alguma”. Em nota, a Presidência do Senado classificou a reportagem como um “injusto ataque”, afirmou

que o senador conhece a origem das acusações e anunciou medidas judiciais “para reparação dos danos causados” e “reposição da verdade”.

Jaques Wagner aparece em uma linha diferente. Vercaro afirmou, em uma proposta de colaboração premiada, que um grupo político ligado ao senador na Bahia receberia cerca de R\$ 3 milhões mensais em vantagens indevidas. A proposta foi rejeitada pela Polícia Federal (PF) e pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por insuficiência de elementos de corroboração. Vercaro declarou não ter presenciado o suposto acerto e atribuiu a informação ao ex-sócio Augusto Lima, que nega a acusação.

Outras frentes já são examinadas pela PF envolvendo o senador e pessoas próximas a ele. Documentos da investigação mencionaram negociações de imóvel e outros possíveis benefícios relacionados a pessoas ligadas ao Master. Jaques Wagner nega irregularidades.

Na sexta-feira (25), Jaques Wagner classificou as acusações como “completamente falsas e oportunistas” e “mentiras deslavadas”. Disse nunca ter mantido relação com Vercaro.

MARCO ANTÔNIO RUZENE E ANDRÉA NAVARRO

Advogados

Investimento sustentável: valor que atravessa gerações

Durante muito tempo, sustentabilidade e resultado econômico foram tratados como temas que ocupavam lados diferentes da estratégia empresarial. De um lado, estavam investimentos, rentabilidade e crescimento. De outro, questões ambientais, sociais e de governança, muitas vezes restritas aos relatórios institucionais e às iniciativas de responsabilidade corporativa.

Quando uma empresa decide onde investir, como financiar um projeto ou de que maneira estruturar sua expansão, não está avaliando apenas o retorno financeiro esperado. Também precisa considerar os riscos capazes de comprometer esse retorno ao longo do tempo. E é justamente nesse ponto que sustentabilidade, estratégia empresarial, segurança jurídica e tributação passam a integrar uma mesma análise.

Investimento sustentável é aquele que incorpora critérios ambientais, sociais e de governança à análise financeira tradicional. Isso pode ocorrer de diferentes maneiras: pela integração de fatores ESG à avaliação de risco e retorno; pela exclusão de setores ou empresas que não atendam a determinados padrões; pela seleção de organizações com melhores práticas; pelo direcionamento de recursos a áreas como energia limpa, eficiência hídrica e inclusão social; ou pelo investimento de impacto, voltado a negócios que buscam produzir benefícios socioambientais mensuráveis juntamente com retorno financeiro.

Não se trata, portanto, apenas de destinar recursos a projetos identificados como “verdes”. Trata-se de ampliar os elementos considerados na decisão econômica. Uma operação que parece rentável pode carregar riscos ambientais, jurídicos, sociais ou de governança capazes de alterar substancialmente seu resultado. Uma irregularidade ambiental pode resultar em sanções e paralisação de atividades. Problemas na cadeia de fornecedores podem produzir responsabilidades e danos reputacionais. Deficiências de governança podem abrir espaço para fraudes ou decisões incompatíveis com os objetivos da companhia.

Nessas situações, uma questão inicialmente jurídica ou socioambiental pode se converter diretamente em perda econômica.

Essa mudança na avaliação de riscos ajuda a compreender o espaço adquirido pelos instrumentos financeiros associados à sustentabilidade.

Fundos e carteiras com mandato ESG, linhas de financiamento sustentável e títulos de dívida vinculados a projetos ou metas ambientais e sociais transformaram critérios de sustentabilidade em elementos concretos das decisões de investimento e financiamento.

Entre esses instrumentos estão os green bonds, social bonds e sustainability bonds, nos quais os recursos captados são destinados a projetos elegíveis previamente definidos. Há também os sustainability-linked bonds, nos quais os recursos podem ter utilização livre, mas determinadas condições financeiras do título são relacionadas ao cumprimento de metas de desempenho sustentável previamente estabelecidas.

A diferença é importante porque demonstra que sustentabilidade pode entrar na estrutura financeira de uma operação de formas distintas. Em uma situação, importa especialmente a destinação dos recursos; em outra, o desempenho da organização em relação aos compromissos assumidos.

Para que essa relação seja confiável, porém, não basta atribuir um rótulo sustentável a um investimento. São necessários critérios, mecanismos de acompanhamento e transparência.

É nesse contexto que taxonomias, princípios internacionais e avaliações independentes ganham importância. No Brasil, a Taxonomia Sustentável Brasileira busca estabelecer critérios técnicos para identificar atividades, ativos e projetos alinhados a objetivos ambientais e sociais. No mercado de capitais, operações sustentáveis também estão inseridas em um ambiente de exigências de divulgação e de parâmetros destinados a demonstrar a consistência entre os compromissos apresentados ao investidor e a operação efetivamente realizada.

A credibilidade desse mercado depende justamente da capacidade de diferenciar compromisso verificável de discurso. Da sustentabilidade para a gestão empresarial. Para as empresas, a discussão não termina na captação de recursos.

Quando critérios ambientais, sociais e de governança passam a influenciar investimentos, financiamentos e avaliação de riscos, eles também precisam chegar ao processo de tomada de decisão. Isso exige participação do conselho de administração, da diretoria e das áreas financeira, jurídica, tributária e de compliance.

A sustentabilidade deixa, então, de ser responsabilidade isolada de um departamento.

O setor financeiro precisa compreender os impactos econômicos das decisões. O jurídico deve avaliar responsabilidades, contratos e segurança das operações. A governança precisa estabelecer mecanismos de controle e acompanhamento. E a análise tributária integra esse processo porque decisões empresariais, investimentos e operações estruturadas não podem ser examinados de maneira dissociada de seus efeitos fiscais e financeiros.

Isso não significa presumir que todo investimento sustentável produza uma vantagem tributária. Significa reconhecer que a tributação compõe a estrutura econômica das decisões empresariais e, portanto, precisa ser considerada juntamente com os demais riscos, custos e obrigações envolvidos na operação.

Essa visão integrada torna-se especialmente relevante quando uma empresa avalia novos projetos, estruturas de financiamento, emissão de títulos, reorganizações ou investimentos de longo prazo. Uma decisão economicamente sustentável precisa considerar não apenas quanto capital será necessário e qual retorno é esperado, mas também quais responsabilidades jurídicas serão assumidas, quais impactos tributários decorrem da estrutura adotada e quais riscos podem comprometer a continuidade do projeto.

Nenhuma estratégia sustentável se sustenta apenas em intenção. Uma empresa que incorpora o tema à gestão precisa definir objetivos, estabelecer indicadores, acompa-

nhar resultados e corrigir desvios. Precisa também comunicar de forma consistente aquilo que efetivamente realiza.

A governança ocupa papel central justamente porque conecta compromisso e execução. É ela que permite que riscos ambientais deixem de ser vistos exclusivamente como questões ambientais; que riscos jurídicos sejam considerados antes de uma disputa; que aspectos financeiros e tributários sejam avaliados na estruturação das operações; e que os compromissos apresentados a investidores possam ser acompanhados ao longo do tempo.

Essa integração também ajuda a superar uma oposição que se tornou pouco produtiva: a ideia de que empresas precisam escolher entre crescimento e sustentabilidade.

A questão empresarial relevante é outra: qual modelo de crescimento consegue permanecer economicamente viável diante de mudanças regulatórias, ambientais e sociais?

Empresas que percebem antecipadamente essas transformações podem adaptar produtos e processos antes que a mudança se transforme em urgência. As que esperam para reagir tendem a enfrentar custos maiores e menor margem de decisão.

Durante muito tempo, avaliar uma empresa significava observar principalmente sua capacidade de gerar lucro. Essa medida continua fundamental, mas já não responde sozinha à pergunta sobre quanto vale um negócio no longo prazo.

Também é necessário perguntar se aquela empresa continuará capaz de produzir resultados diante dos riscos aos quais está exposta. É essa perspectiva que torna o investimento sustentável uma questão econômica, e não apenas ambiental. Sustentabilidade passa a significar também capacidade de continuidade: identificar riscos antes que eles destruam valor, estruturar investimentos com critérios verificáveis, incorporar responsabilidades à governança e tomar decisões considerando seus efeitos financeiros, jurídicos e tributários.

O capital que financia o futuro não deveria olhar apenas para o retorno que um projeto promete produzir hoje. Precisa considerar também as condições necessárias para que esse retorno continue possível amanhã.

Talvez seja essa a medida mais concreta de um investimento verdadeiramente sustentável: não apenas quanto valor ele é capaz de gerar, mas por quanto tempo esse valor poderá permanecer.

Deficiências de governança podem abrir espaço para fraudes ou decisões incompatíveis com os objetivos da companhia



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Fazenda mantém subsídio de R\$ 2,12 ao óleo diesel

O Ministério da Fazenda publicou nessa sexta-feira (25), em edição extra do Diário Oficial da União, uma portaria que assegura a manutenção da subvenção de R\$ 2,12 por litro ao óleo diesel. A Portaria nº 2.946 evita a redução do benefício, prevista para este sábado (26) após o término da vigência da Medida Provisória nº 1.363/2026.

De acordo com o ministério, a continuidade da subvenção se deve à persistência da volatilidade dos preços internacionais do petróleo e dos combustíveis.

“Como a MP 1.363/2026 encerra sua vigência em 26 de setembro, o Ministério da Fazenda ajustou a portaria para que, a partir de 27 de setembro, o valor de R\$ 2,12 por litro passe a ser estabelecido integralmente”, justificou a pasta. O ministério lembra que a subvenção ao diesel foi criada inicialmente tendo como valor R\$ 1,12 por litro.

Conta de luz voltará à bandeira verde

As contas de luz voltarão em outubro à bandeira verde, sem cobrança de tarifas adicionais, informou nesta sexta-feira (25) a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A bandeira tarifária voltará a vigorar após cinco meses de bandeira amarela, que tem custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. Segundo a Aneel, o retorno da bandeira verde se deve ao aumento no volume de chuvas, em especial nas regiões Sul e Sudeste, o que estabiliza o armazenamento nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



Tarifa extra da bandeira amarela deixará de ser aplicada

Tesouro Direto bate recorde em agosto

Os investimentos no Tesouro Direto somaram R\$ 15 bilhões em agosto, o maior valor da série histórica do programa. No período, foram realizados 1,32 milhão de operações. Os resgates e vencimentos totalizaram R\$ 17,22 bilhões, resultando em captação líquida negativa de R\$ 2,21 bilhões. O resultado foi influenciado principalmente pelos vencimentos do Tesouro IPCA+ 2026, que somaram R\$ 11,3 bilhões, e do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2026, com R\$ 1,5 bilhão. Os títulos indexados à taxa Selic foram os mais procurados.

Brasil promulga acordo entre Mercosul e EFTA

O Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) foi promulgado na sexta-feira (25) no Decreto Presidencial nº 13.126. O bloco de países europeus é formado por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça, que não são membros da União Europeia. Já o grupo sul-americano conta com Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai - a Venezuela segue suspensa desde 2017.

Novos preços médios I

Os estados e o Distrito Federal passarão a adotar, em 1º de outubro, novos valores do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final para combustíveis. O Conselho Nacional de Política Fazendária publicou a atualização no Diário Oficial da União de sexta-feira (25). O preço médio ponderado serve de referência para a cobrança do ICMS.

Novos preços médios II

No Distrito Federal, por exemplo, o preço médio do etanol foi fixado em R\$ 4,46 por litro, enquanto o do gás natural veicular ficou em R\$ 6,78 por metro cúbico. Em São Paulo, o valor de referência do etanol será de R\$ 3,77 por litro. Em Minas Gerais, o do querosene de aviação foi estabelecido em R\$ 8,02 por litro.

R\$ 700 mi em multa I

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, responsável pela regulamentação do setor, aplicou mais de R\$ 700 milhões em multas a nove distribuidoras de combustíveis por causa de aumento abusivo de preço, informou o órgão na sexta (25). As infrações são referentes a dez processos administrativos.

R\$ 700 mi em multa II

No meio da semana, a ANP já havia anunciado que os cinco primeiros julgamentos resultaram em R\$ 200 milhões em multas. A agência reguladora explicou que as multas são decisões de primeira instância, baseadas em autos de infração anotados por equipes de fiscalização, ou seja, as empresas ainda podem recorrer na própria ANP.

Valores esquecidos

Empregados com carteira assinada e servidores públicos que trabalharam de 1971 a 1988 e estão na fila para sacar as cotas do antigo fundo Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público podem reaver o valor. A Caixa Econômica Federal começou a pagar na sexta (25) um novo lote.

Bets bloqueadas

Com a proibição das bets, a partir de medida provisória editada na sexta (25), o governo vai intensificar o combate às plataformas que seguirem no ar no dia 6 de outubro. A partir dessa data, serão considerados ilegais e terão recursos confiscados. “Hoje são 85 sites e cerca de 180 marcas legais”, diz o ministro da Fazenda, Dario Durigan.



A expectativa do governo é que até R\$ 150 bi em dívidas sejam elegíveis

Saiba como funcionará compra de dívidas pela União

Nova fase de programa prevê desconto de até 90% nos débitos

Da **Redação**

Criada na sexta-feira (25) por medida provisória, a terceira fase do programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas, chamada de Desenrola 3.0, traz mudança importante em relação às etapas anteriores.

A União poderá comprar em leilões, carteiras de dívidas inadimplidas e repassar integralmente ao devedor o desconto obtido na operação. Nas fases anteriores, os débitos eram negociados diretamente entre credores e devedores.

A expectativa do governo é que até R\$ 150 bilhões em dívidas sejam elegíveis ao programa, com potencial para beneficiar até 15 milhões de pessoas.

A nova fase será voltada a dívidas bancárias e não bancárias de até R\$ 10 mil, considerando o valor original da dívida.

Para participar da operação, os débitos deverão estar em atraso de 720 dias a 1.645 dias, contados a partir de 25 de setembro de 2026.

Na prática, o processo será dividido em etapas:

1. A União realizará leilões para comprar as carteiras de dívidas.

2. Os credores apresentarão propostas de desconto.

3. As propostas serão classificadas pelo maior deságio oferecido.

4. O desconto obtido pela União será repassado integralmente ao devedor.

5. O consumidor poderá quitar o saldo à vista ou parcelá-lo.

6. No caso de parcelamento, as condições ainda serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

QUEM PODERÁ PARTICIPAR?

A MP estabelece como critérios principais:

- Dívidas de até R\$ 10 mil, pelo valor original;
- Inadimplência superior a 720 dias;
- Inadimplência inferior a 1.645 dias;
- Dívidas bancárias e não bancárias.

O Ministério da Fazenda poderá estabelecer critérios adicionais de renda e de priorização dos devedores.

Os leilões poderão ocorrer em lotes e separar as dívidas de acordo com sua natureza, entre bancárias e não bancárias.

O deságio mínimo exigido nos leilões será de 90%, com o desconto obtido na compra sendo integralmente transferido ao devedor.

Prévia da inflação oficial de setembro fica em 0,70%

IPCA-15 foi pressionado por devolução do bônus de Itaipu

Da Redação

A prévia da inflação oficial de setembro ficou em 0,70%, a maior desde abril (0,89%). O resultado é uma inversão da deflação (inflação negativa) de agosto, que ficou em -0,40%.

A explicação principal da aceleração está na devolução do bônus de Itaipu, desconto que os consumidores tiveram na conta de luz do mês anterior.

Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado nesta sexta-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o IPCA-15 soma 4,47% no acumulado de 12 meses. Em agosto, eram 4,24%. Em setembro de 2025, a prévia da inflação marcou 0,48%.

Em 2026, o IPCA-15 acumula 3,82%. Veja mês a mês o comportamento da prévia da inflação no ano:

janeiro: 0,20%
fevereiro: 0,84%
março: 0,44%
abril: 0,89%
maio: 0,62%
junho: 0,41%
julho: 0,06%
agosto: -0,40%
setembro: 0,70%

GRUPOS

Para chegar ao resultado mensal, o IBGE apura o preço de nove grupos de produtos e serviços. Veja como se comportaram os grupamentos:

Habitação: 2,07% (impacto de 0,31 ponto percentual)
Despesas pessoais: 0,96% (0,10 p.p.)
Transportes: 0,60% (0,12 p.p.)
Artigos de residência: 0,55% (0,02 p.p.)
Comunicação: 0,54% (0,02 p.p.)
Vestuário: 0,41% (0,02 p.p.)
Alimentação e bebidas: 0,40% (0,09 p.p.)
Saúde e cuidados pessoais: 0,13% (0,02 p.p.)
Educação: 0,03% (0 p.p.)



Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado na sexta-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

BÔNUS DE ITAIPU

A alta no grupamento habitação, o que mais pressionou a prévia, é explicada pela energia elétrica residencial, que subiu 7,42% em setembro, representando o maior impacto individual do índice (0,29 p.p.).

Isso aconteceu porque em agosto, o conta de luz tinha caído 6,25%, beneficiada pelo Bônus Itaipu.

O bônus consiste na distribuição do saldo positivo da conta de comercialização de Itaipu, hidrelétrica estatal, que vira crédito nas contas de energia.

Em setembro, como não teve mais esse desconto, a conta de luz “normal” é comparada com a de agosto, mais baixa, fazendo com que a diferença

de um mês para o outro seja maior. Esse efeito já era esperado pelo IBGE e por analistas.

De acordo com o economista Roberto Luis Troster, coordenador do Centro de Estudos Fipe do Endividamento das Empresas Brasileiras, à primeira vista, o IPCA-15 “assusta”. No entanto, ele calcula que, sem o componente energia elétrica, o índice passaria de 0,70% para 0,41%.

TRANSPORTE E COMBUSTÍVEIS

No grupo Transportes, o resultado foi influenciado pelas passagens aéreas, que subiram quase 10% (9,82%).

Os combustíveis ficaram 0,22% mais caros, com os seguintes comportamentos de preços:

gás veicular: 1,56%
gasolina: 0,30%
óleo diesel: -0,78%
etanol: -0,22%

ALIMENTOS

No grupo alimentação e bebidas, o subgrupo da alimentação no domicílio subiu 0,38% em setembro. Em agosto havia sido registrada deflação de -0,97%.

AS MAIORES ALTAS NA ALIMENTAÇÃO EM CASA FORAM:

tomate: 20,76%
arroz: 2,39%
carnes: 1,30%
Se destacaram nas quedas: feijão carioca: -6,33%
cebola: -4,41%
café moído: -1,36%

Economistas lançam iniciativa com foco na vida real

Da Redação

Mais de 100 economistas e 60 organizações da sociedade civil lançaram nesta semana a Vida em Conta, uma iniciativa para aproximar o debate econômico das condições concretas de vida da população brasileira. A ação é articulada pela Plataforma Cipó e pela organização Transforma.

A iniciativa destaca que o Brasil alcançou avanços importantes nos últimos anos e retomou, desde 2023, políticas públicas, investimentos e instrumentos de planejamento, com resultados relevantes no combate à fome e à pobreza, na geração de trabalho e renda, na redução do desemprego e da inflação, na proteção ambiental e na recuperação da capacidade de atuação do Estado.

No entanto, alerta que a continuidade dessas conquistas não está assegurada. “Há o risco de retorno a uma agenda que combine restrições permanentes ao investimento público, enfraquecimento dos serviços e das instituições públicas e desonerações tributárias sem contrapartidas claras para o desenvolvimento, comprometendo a proteção social e ambiental, prejudicando o crescimento econômico”, dizem as entidades participantes.

Elas ressaltam ainda que, apesar do crescimento da economia e da melhora dos indicadores sociais no país, parte significativa dos brasileiros ainda enfrenta dificuldades para perceber esses resultados em seu dia a dia.

“O crescimento econômico é fundamental, mas também importa como seus benefícios



Movimento cobra políticas voltadas para a redução da desigualdade

são distribuídos. Uma economia bem-sucedida é aquela que reduz desigualdades e transforma as capacidades e riquezas do país em avanços tecnológicos, empregos de qualidade e melhores condições de vida para a popula-

ção”, afirma a diretora-executiva da Plataforma Cipó, Maiara Folly.

Entre as diretrizes defendidas pela iniciativa estão a redução das desigualdades, colocando o enfrentamento das disparidades de renda,

riqueza, gênero, raça e território no centro do planejamento; a redução do custo de vida; a ampliação do tempo e das condições para uma vida digna; o fortalecimento da soberania tecnológica; e a aceleração da diversificação produtiva para gerar empregos de qualidade.

“O Brasil precisa ter a ambição de definir uma agenda de transformação social diante do novo cenário global. Não podemos ficar presos apenas às discussões fiscais de curto prazo frente às mudanças climáticas, tecnológicas e nos processos de trabalho. Precisamos avançar em uma agenda que nos livre dos retrocessos e garanta oportunidades econômicas e direitos sociais”, destaca o diretor-executivo do Transforma, Marco Antonio Rocha.

PREFEITURA DE BERTIOGA



Área de 48 hectares na Praia de Guaratuba será incorporada a Parque

MPF fecha acordo de R\$ 40 mi por impactos na Riviera, em São Paulo

O Ministério Público Federal (MPF) concluiu acordo com as empresas responsáveis pela Riviera de São Lourenço, em Bertioiga (SP), para compensar impactos ambientais do empreendimento. O termo prevê R\$ 40 milhões em medidas custeadas pelas empresas, sem recursos públicos. A ação, iniciada há cerca de dez anos, apontava irregularidades como retirada ilegal de vegetação de restinga e intervenções em áreas de preservação permanente. Entre as obrigações estão a compra de uma área de 48 hectares na Praia de Guaratuba, avaliada em R\$ 26 milhões, que será incorporada ao Parque Estadual Restinga de Bertioiga; R\$ 8 milhões para regularização do canal de Bertioiga; e R\$ 6 milhões para a construção de prédio administrativo da Capitania dos Portos. O acordo foi homologado pela Justiça Federal e encerrou o processo, estabelecendo as medidas de compensação ambiental.

TSE e PF reforçam segurança nas eleições

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Polícia Federal definiram o planejamento de segurança para as Eleições 2026. A estratégia prevê ações contra crimes eleitorais, cibernéticos e de ódio, além de violência política e atuação do crime organizado. A reunião, realizada nesta quinta-feira (24), reuniu 253 integrantes da PF. O trabalho inclui inteligência, investigação e segurança no dia da votação. O planejamento também prevê integração entre equipes da PF e a Justiça Eleitoral nos estados durante o pleito.

LUIZ ROBERTO/SECOM/TSE



Sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília/DF

MPF debate aplicação da Lei Antifacção

O Ministério Público Federal reuniu procuradores, em Brasília, para discutir a aplicação da Lei Antifacção (Lei nº 15.358/2026) e novos instrumentos de combate ao crime organizado. O encontro tratou de mudanças penais, investigações, bloqueio de patrimônio e cooperação internacional. Em 2025, os Gaecos do MPF realizaram 60 operações, efetuaram 126 prisões e pediram o bloqueio de R\$ 28 bilhões. A estrutura foi reorganizada com oito núcleos regionais, incluindo um em São Paulo, e terá 133 membros dedicados ao tema.

STF dá 60 dias para União e RJ renegociarem dívida

O ministro Dias Toffoli, do STF, deu prazo de 60 dias para União e Estado do Rio de Janeiro negociarem garantias de operações de crédito e a reestruturação da dívida fluminense no âmbito do Propag. Durante o período, ficam suspensas a execução de contragarantias pela União e a aplicação de sanções ao estado por suposto descumprimento de cláusulas relacionadas aos débitos. A decisão foi tomada na ACO 3678.

POR
ANDRE SOUZA E
LUIGI FREIRE (Estagiário)

Concurso de Desenho I

Escolas podem inscrever alunos no Concurso Nacional Infanto-juvenil de Desenho “Juventude Conectada com Direitos: ECA Digital Tá On” até 30 de novembro. O prazo foi prorrogado pelo CNJ e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Competição é dividida em categorias para crianças de até 11 anos e adolescentes de 12 a 17 anos.

Concurso de Desenho II

Os desenhos devem ser manuais, individuais e autorais, produzidos em sala de aula, sem uso de IA ou tecnologia. Trabalhos devem abordar direitos de crianças e adolescentes em ambiente digital seguro. Os três primeiros de cada categoria receberão certificados, materiais e notebook. O resultado está previsto para janeiro de 2027.

Tenete-Coronel Indigno I

O Superior Tribunal Militar (STM) decidiu, por unanimidade, declarar tenente-coronel do Exército indigno e determinou a perda do posto e da patente. Decisão ocorreu nesta quarta (23), em julgamento de representação apresentada pela Procuradoria-Geral da Justiça Militar, após condenação definitiva por fraude em 88 licitações.

Tenete-Coronel Indigno II

O oficial participou de 236 atos de peculato-desvio em licitações realizadas entre 2004 e 2005 ligadas a convênios do DNIT com o Instituto Militar de Engenharia. O esquema causou prejuízo de R\$ 11 milhões, atualizado para R\$ 25,71 milhões. Ele foi condenado a oito anos e quatro meses de reclusão. O julgamento foi unânime no STM.

Isenção de ICMS I

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional ato paulista que previa o fim da isenção de ICMS sobre produtos nacionais destinados às Áreas de Livre Comércio nos estados de Rondônia, Acre, Amapá, e Roraima. A decisão considerou que São Paulo não poderia revogar o benefício previsto no Convênio ICMS 52/1992, segundo a PGR.

Isenção de ICMS II

As ADIs foram apresentadas pelos governadores dos quatro estados contra decreto paulista. A maioria do STF seguiu a relatora, ministra Cármen Lúcia, e declarou inconstitucional a regra que previa o fim da isenção. A PGR sustentou que a revogação deve seguir a Lei Complementar 24/1975. O decreto fixava o fim do benefício.

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



Santinhos em vias públicas pode caracterizar propaganda irregular.

Saiba quais condutas podem ser ilícitos e crimes eleitorais

MPF explica regras, punições e como denunciar irregularidades nas eleições

Da Redação

Há 6 dias para o 1º turno das eleições, conheça as condutas que podem ser consideradas ilícitos ou crimes eleitorais e as punições previstas para quem desrespeitar as regras da disputa. Abuso de poder, compra de votos, fraude, uso irregular de recursos de campanha e assédio eleitoral estão entre as práticas fiscalizadas pelo Ministério Público Eleitoral.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), nem toda irregularidade eleitoral é crime. Os ilícitos são condutas que violam as regras da disputa e podem resultar em multa, perda do registro de candidatura, cassação do diploma ou mandato e inelegibilidade. Já os crimes eleitorais são infrações previstas na legislação penal e podem levar à prisão. Uma mesma prática pode gerar responsabilização nas duas esferas.

Entre os ilícitos está o abuso de poder, caracterizado pelo uso indevido de recursos financeiros, da estrutura pública ou dos meios de comunicação para influenciar eleitores. Não é necessário comprovar que a prática alterou o resultado da eleição, mas sua gravidade no contexto da disputa.

A compra de votos ocorre quando candidato, ou alguém em seu nome, oferece, promete

ou entrega dinheiro, bens, serviços ou outra vantagem em troca do voto ou apoio político. Segundo o MPF, não é necessário que o benefício seja entregue. A prática pode gerar multa de R\$ 1 mil a R\$ 53 mil e cassação do registro ou diploma. Como corrupção eleitoral, a pena pode chegar a quatro anos de prisão. Também há regras para conteúdos produzidos com inteligência artificial. Deepfakes são proibidas na propaganda eleitoral. A divulgação de fatos inverídicos sobre partidos ou candidatos capazes de influenciar o eleitorado também pode configurar crime.

A fraude à cota de gênero é outro ilícito citado pelo MPF. A legislação determina que partidos reservem pelo menos 30% das candidaturas para mulheres. Se comprovada fraude, a Justiça Eleitoral pode cassar mandatos, anular votos da legenda e declarar responsáveis inelegíveis. O assédio eleitoral também pode configurar crime. São exemplos ameaçar funcionários de demissão por causa do voto, obrigá-los a participar de atos políticos ou usar reuniões de trabalho para fazer campanha.

Denúncias podem ser encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral pelo MPF Serviços ou presencialmente nas Salas de Atendimento ao Cidadão.



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Pesquisa sustenta que não basta tecnologia no ensino de Stem

Professor de ciências precisa de formação constante, diz estudo

O ensino de um conjunto de disciplinas conhecidas como Stem (ciência, tecnologia, engenharia e matemática, na sigla em inglês) requer formação constante de professores, para além dos investimentos necessários em infraestrutura. A avaliação é defendida pelos autores do Panorama da Educação Stem no Brasil. O levantamento faz uma análise de como ciência, tecnologia, engenharia e matemática estão sendo incorporadas à educação básica brasileira. Os pesquisadores buscaram informações de seis capitais: Manaus, Belém, João Pessoa, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba. O levantamento é organizado pela Fundação Carlos Chagas, instituição sem fins lucrativos que atua na área de concursos públicos e pesquisas educacionais, em parceria com o British Council, entidade do Reino Unido voltada a relações culturais e oportunidades educacionais.

Calor acima da média e chuvas irregulares

O mês de outubro deve ser marcado por temperaturas acima da média em grande parte do país e por uma distribuição desigual das chuvas entre as regiões, segundo previsão climática divulgada pelo Inmet. O prognóstico foi apresentado em meio a uma onda de calor prevista para o fim de setembro, com temperaturas que podem superar 40°C em áreas de diversos estados. De acordo com o instituto, os maiores desvios de temperatura em outubro estão previstos para as regiões Centro-Oeste e Sudeste.



PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

Aumento de temperaturas começa no fim deste mês

Saúde promete acompanhar apostadores

Com a proibição das apostas on-line, anunciada na sexta(25) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Saúde aumentará os esforços para contatar apostadores contumazes, oferecendo acompanhamento e tratamento nos casos necessários. Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, as políticas de busca ativa por pessoas com comportamento de jogo problemático já ocorrem desde dezembro de 2025, a partir de dados compartilhados pelos ministérios da Fazenda e Segurança e pela Receita Federal.

Doença inflamatória intestinal cresce 5 vezes

O número de pessoas com doenças inflamatórias intestinais (DII) cresceu cinco vezes no Brasil, entre 2012 e 2025. A incidência dessas enfermidades – como a doença de Crohn e a retocolite ulcerativa – passou de 30 para 158 casos por 100 mil habitantes no período. O dado é de um estudo apresentado no 74º Congresso Brasileiro de Coloproctologia, que ocorre até este sábado (26), em Balneário Camboriú (SC).

10 mil professores

O Ministério da Educação contabilizou que mais de 10 mil professores foram selecionados em editais públicos que utilizam a nota da primeira edição da Prova Nacional Docente (PND). O exame que visa auxiliar estados e municípios a selecionar professores para as próprias redes de ensino e, desta forma, aumentar o número de docentes.

1,5 mil vagas

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do Ministério da Educação, ofertará, em outubro, 1.580 vagas gratuitas em cursos de qualificação profissional relacionados ao meio ambiente, à sustentabilidade e bioeconomia. Os 11 cursos técnicos disponíveis serão ofertados nas modalidades presenciais e à distância.

Censo Escolar disponível

Os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica de 2026 estão disponíveis para conferência no painel de resultados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os resultados referem-se às matrículas presenciais efetivas na educação básica das redes estaduais e municipais.

Plataforma Enem Libras

A plataforma Enem Libras está atualizada com as videoprovas de 2017 até 2025. O sistema disponibiliza conteúdos em Língua Brasileira de Sinais (Libras) do Enem para pessoas surdas e com deficiência auditiva. Os conteúdos podem ser usados para estudo, prática e familiarização com o formato da videoprova em Libras.

Lotes irregulares

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a apreensão de dois lotes do medicamento Ocrevus (ocrelizumabe) 300 mg/10 ml. Os lotes são o H7953B14 e o H7953B06. A resolução foi publicada nesta sexta-feira (25) no Diário Oficial da União. O Ocrevus teve o registro aprovado pela Anvisa em 2022.

Propaganda proibida

A Anvisa também proibiu a propaganda do medicamento Semavy (semaglutida). A resolução foi publicada nesta sexta-feira (25) no Diário Oficial da União. O medicamento do tipo GLP-1, popularmente conhecido como caneta emagrecedora, foi aprovado pela agência com indicação para tratar diabetes mellitus tipo 2 insuficientemente controlado.



Manual diz quais os passos para conseguir acesso a políticas públicas

Geledés lança guia para acesso às políticas de cuidados

Manual é dividido em ações específicas para diferentes públicos

Da **Redação**

Quais os direitos de populações que exercem o trabalho de cuidado no Brasil? Quais políticas de Estado podem contribuir para que essas pessoas tenham uma vida mais digna? As respostas estão no Guia de Acesso a Políticas de Cuidado lançado nesta sexta-feira (25) pelo Geledés - Instituto da Mulher Negra.

De maneira simples e didática, o manual apresenta quais os passos para conseguir acesso a políticas públicas. As informações vão desde os documentos necessários e como abrir uma conta no portal sougov.br ou acessar o SUS digital até um resumo de todas as políticas voltadas para cada população.

A publicação aponta que historicamente, o trabalho do cuidado tem sido invisibilizado, exaustivo e desvalorizado.

“Milhões de mulheres, majoritariamente negras e periféricas, atuam na manutenção da vida e do bem-estar social, vivem sem o devido amparo econômico e institucional do Estado por essa atividade, que contribui para o desenvolvimento do país na medida em que outras vidas se tornam funcionais devido ao cuidado de outras pessoas que ficaram sob suas responsabilidades”.

O Guia é dividido em políticas específicas para crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e trabalhadoras e trabalhadores do cuidado remunerado e não remunerado.

Além disso, há uma parte específica para públicos com recorte de vulnerabilidade como: mães-solo e mulheres chefes de família, famílias em extrema pobreza, pessoas em privação de liberdade e seus familiares, parentes de vítimas de feminicídios, populações de comunidades tradicionais.

“Vamos celebrar as conquistas coletivas e refletir sobre os caminhos para o fortalecimento de políticas de cuidado que reconheçam as realidades, os saberes e as demandas das mulheres negras”, reforça a Coordenadora de Formação, Cuidado e Emancipação do Geledés, Nilza Iraci.

Os trabalhadores do cuidado remunerado são as domésticas, babás, cuidadores de idosos ou pessoas acamadas e também os cuidadores e educadores sociais. Já as trabalhadoras não remuneradas são normalmente mães, filhas, avós e lideranças comunitárias que dedicam suas vidas ao suporte de familiares e vizinhos sem receber qualquer contrapartida financeira.

CORREIO
CENTRO-OESTE

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM @RICARDOVALEDF



Uma pessoa utilizou um carro para “atropelar” materiais de campanha

MP Eleitoral pede apuração de vandalismo contra campanha no DF

O Ministério Público Eleitoral (MPE), por meio da 1ª Promotoria de Justiça Eleitoral do Distrito Federal, requisitou à Superintendência Regional da Polícia Federal (PF) no DF a instauração de um inquérito policial eleitoral para apurar um episódio ocorrido no último dia 23, na 216 Sul, quando um veículo avançou sobre materiais de propaganda do deputado distrital Ricardo Vale (PT). A apuração deverá ouvir testemunhas, identificar o veículo, o proprietário e o condutor, além de reunir imagens de câmeras públicas e privadas, vídeos divulgados, boletim de ocorrência e outros elementos. A investigação considera possível infração ao artigo 331 do Código Eleitoral e busca esclarecer a dinâmica, os danos e a motivação da conduta. “Não podemos aceitar esse tipo de gente num regime democrático”, afirmou Vale, que é candidato à reeleição, em um vídeo publicado nas redes sociais.

Pouca chuva pode atrapalhar safras em GO e MT

A previsão de chuvas para os próximos dias deve manter reduzida a umidade do solo em Goiás e Mato Grosso, exigindo cautela no início da semeadura da soja e do milho da safra 2026/27. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a regularização e a distribuição das precipitações serão importantes para a germinação, a emergência e o estabelecimento das lavouras. Pancadas isoladas podem favorecer o plantio, mas não garantem água suficiente para o desenvolvimento inicial.

DIVULGAÇÃO/INMET



A baixa umidade do solo pode aumentar o risco de replantio

TJDFT mantém condenação por homofobia

A 1ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) manteve a condenação de uma mulher por injúria racial equiparada a homofobia e lesão corporal leve contra dois atendentes de uma lanchonete no Núcleo Bandeirante (DF). A pena de prisão foi substituída por restrições de direitos. Segundo o TJDFT, ela foi impedida de permanecer no local com um cachorro, ofendeu um funcionário, arremessou uma garrafa e agrediu uma cliente. O colegiado considerou válidos os depoimentos e os vídeos.

MPE pede regularização de propaganda em MT

O Ministério Público Eleitoral (MP Eleitoral) recomendou a partidos, federações, coligações e candidatos em Mato Grosso que cumpram as regras para propaganda em espaços públicos. Materiais como wind banners e bandeiras devem ser móveis, instalados às 6h e retirados às 22h, sem ocupar pisos táteis, rampas ou faixas de pedestres. A medida busca evitar prejuízos à acessibilidade, à circulação e à segurança viária.

Recusada 50 vezes

A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul conseguiu na Justiça a transferência hospitalar de uma idosa de 96 anos, em Sete Quedas (MS). Com fratura no fêmur esquerdo, a paciente aguardava uma vaga havia cinco dias e teve quase 50 recusas. Após a atuação da instituição, ela foi transferida em menos de 24 horas para realizar a cirurgia.

Espaço das Profissões UFG

A Universidade Federal de Goiás (UFG) realizará o Espaço das Profissões UFG, em Aparecida de Goiânia (GO), no dia 19 de outubro. O evento será aberto ao público e terá espaços interativos dos cursos, apresentações, palestras e atividades. A programação busca apresentar áreas de formação e atuação profissional a alunos do Ensino Médio.

MotoGP de 2027

A prefeitura de Goiânia anunciou que o Grande Prêmio do Brasil de MotoGP de 2027 será realizado de 2 a 4 de abril, no Autódromo Internacional Ayrton Senna, na capital goiana. O segundo lote de ingressos será aberto em 8 de outubro, às 12h. A organização estima um público superior a 200 mil pessoas durante os três dias de evento.

Julgamentos do TRE-MS

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) realizará cinco sessões de julgamento de hoje (28) a sexta-feira (2), às 17h, no plenário da Corte Eleitoral. As pautas incluem dois recursos criminais eleitorais, um recurso eleitoral, dois processos de agravo de instrumento e quatro embargos de declaração, de diferentes municípios do estado.

Transmissão das Eleições

Os eleitores de Mato Grosso poderão acompanhar ao vivo a apuração das eleições de 2026 pelos canais da Assembleia Legislativa (ALMT). A cobertura será feita em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), com transmissão pela TV Assembleia, Rádio FM 89,5, site e redes sociais. A programação também estará no YouTube.

Promoção política negada

A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPE-MT) recomendou à Câmara Municipal de Juara (MT) a retirada de fotos e vídeos de alunos publicados sem autorização dos responsáveis. Após a medida, a Casa excluiu as imagens das redes sociais. O órgão também pediu que os registros de estudantes não sejam usados para promoção política.



Valor médio recua, mas segue acima do registrado no mesmo período de 2025

Cesta básica em Cuiabá recuou 1,17% na última semana

Resultado interrompe três semanas de alta, custando, em média, R\$ 889,63

Da Redação

A cesta básica de Cuiabá (MT) recuou 1,17% na última semana e passou a custar, em média, R\$ 889,63, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT).

O resultado interrompeu uma sequência de três semanas de alta, período em que o conjunto de alimentos chegou ao patamar de R\$ 900.

Apesar da queda semanal, o valor permanece 13,19% acima do registrado no mesmo período de 2025, quando a média era de R\$ 785,97.

Para o IPF-MT, o movimento recente pode representar uma acomodação pontual.

O custo anual, porém, continua em nível mais alto para as famílias da capital.

Verduras e legumes continuam entre os grupos que mais interferem no resultado, principalmente em períodos de alterações climáticas.

Entre os itens que influenciaram o resultado estão a batata, o tomate e o café.

A batata teve redução de 3,73% na semana e passou a custar R\$ 7,39 por quilo. Na comparação anual, entretanto, o preço subiu 129,31%.

Em 2025, o produto era vendido por R\$ 3,22/kg.

Segundo o instituto, a di-

minuição das chuvas em áreas produtoras permitiu a retomada do cronograma de colheitas e ampliou a oferta.

Esse cenário climático pode ter contribuído para a redução do valor cobrado pelo alimento no período.

O tomate apresentou queda semanal de 8,88%, com preço médio de R\$ 10,99/kg. Mesmo assim, o item registra alta de 93,96% em 12 meses. No mesmo intervalo de 2025, o quilo custava R\$ 5,67.

A análise aponta que temperaturas mais amenas, associadas ao período chuvoso, atrasaram a maturação do tomate e limitaram a oferta.

Ao mesmo tempo, o preço elevado pode ter dificultado o escoamento da produção, o que ajudou a explicar a retração observada na semana.

O café também ficou mais barato. O recuo foi de 2,67%, e a embalagem de 500 gramas passou a custar R\$ 27,38. Na comparação com o mesmo período de 2025, porém, o preço está 22,59% maior.

O IPF-MT atribui a redução à maior disponibilidade do produto, com oferta proveniente das colheitas e dos estoques. A ampliação da quantidade disponível nos mercados interno e externo pode ter contribuído para a queda registrada no período.

SABATINA/CELINA LEÃO

“Não sou o Ibaneis. Sou a Celina”

Na última sabatina do Correio da Manhã com os principais candidatos ao GDF, Celina Leão afirma que Ibaneis Rocha tem “responsabilidade objetiva” na decisão do BRB de tentar comprar o Banco Master

Por **Isabel Dourado, Rudolfo Lago e Tales Faria**

Candidata à reeleição ao Governo do Distrito Federal pelo PP, Celina Leão herdou essa condição quando Ibaneis Rocha (MDB), de quem era vice, deixou o governo para aquela assumisse em março deste ano. Na sabatina ao Correio da Manhã, ela busca se diferenciar de seu antecessor. Diz reconhecer acertos no governo de Ibaneis, o que, porém, não a faz “anuir com seus erros”. No caso específico da crise BRB/Master, ela aponta que Ibaneis teria “responsabilidade objetiva” ao ter dado anuência à tentativa de compra. Leia abaixo a íntegra da sabatina:

Antes de assumir definitivamente o Governo do Distrito Federal, a senhora governou interinamente em diversas ocasiões. Ao todo, 221 dias, o que corresponde a mais de sete meses do período total. Como é possível que a senhora nada soubesse das tratativas envolvendo o Banco Master e o BRB?

Creio que nem mesmo o governador Ibaneis Rocha sabia dos detalhes dessas tratativas. Porque isso estava na forma como Paulo Henrique Costa lidava com o Banco de Brasília. Todos sabem das minhas diferenças com Paulo Henrique Costa. Antes de assumir o governo, eu disse que iria exonerar o Paulo Henrique. Isso foi público.

A senhora está dizendo, então, que Ibaneis Rocha também não sabia?

Acho que os detalhes de como foi feito, talvez, acredito que não. Mas ele deu a anuência. O governador Ibaneis foi pessoalmente fazer a defesa da compra do banco.

Então, qual o nível de responsabilidade do governador e da senhora?

O governador tem uma responsabilidade objetiva sobre os seus colaboradores e uma anuência sobre a possível compra do Master. O que está sendo averiguado, e o que as investigações vão dizer, é se houve alguma vantagem indevida, alguma recompensa ou pedido indevido.

Qual é a sua avaliação do governo Ibaneis?

Isso é muito difícil, porque você faz uma avaliação de um governo que teve muitas entregas positivas. Se não tivesse acontecido a situação do Master, eu tinha certeza de que ele seria senador por Brasília. Agora, os acertos de Ibaneis não me obrigam a anuir com ele.

O BRB vai ser privatizado?

Não, não vai ser privatizado. A gente está arrumando financiamentos, inclusive para não privatizar o banco. Entendeu? O que o PT quer é isso. O que o PT fala o tempo todo, que é con-



Celina: “Não vamos privatizar. Nós vamos recuperar o BRB!”

trário à privatização, mas ele trabalha para privatizar o banco. Porque quando ele sufoca o banco, a ponto de não dar uma linha de crédito, que é somente um aval. Eu não estou pedindo dinheiro para a União. Tirar do Bolsa Família para dar para o BRB.

O presidente Lula já disse que não colocará dinheiro no BRB. Ele também chamou a senhora de “cínica”...

Ele é misógino. O presidente é misógino. O presidente que fala tanto de mulheres. eu nunca falei que ele é ex-presidenciário. Eu sempre tratei com respeito.

Leitores do Correio da Manhã relatam situações de longa espera na rede pública de saúde...

O problema da saúde é que a rede cresceu descoordenadamente. A rede pública de saúde... Nenhum governador, até agora, deu conta de resolver o problema da saúde. O que nós estamos fazendo de diferente? Se eu sáísse do governo hoje, eu seria governadora que operou 20 mil pessoas em cinco meses.

Esse é um problema crônico. O ex-governador Ibaneis também não resolveu...

Eu não sou Ibaneis, eu sou a Celina. Quem mandou o projeto de lei SUS Candango? Fui eu. Não foi o Ibaneis Depois que eu virei governador, eu contratei 700 médicos. Não foi o Ibaneis. Eu estou tirando do papel sete novas UPA, não foi o Ibaneis. Eu era vice, eu não era governadora do Ibaneis, eu era vice do Ibaneis. Hoje, a caneta é minha.

Mas a senhora, como vice-governadora, não disse nenhuma vez para ele: “Ô, governador, isso aí não está bom.”?

Várias vezes. Várias vezes. Ele achava que, se nenhum governador conseguiu resolver a saúde... Eu não acho isso, eu não me dou por satisfeita. Tanto que a

gente cancelou o aniversário de Brasília, porque você não faz festa quando tá faltando saúde. Aquilo foi um gesto simbólico para mostrar nossa responsabilidade com a saúde pública. E temos várias ações nesse tipo. Eu estou assinando agora o convênio de 4 mil cirurgias de ortopedia. Eu tenho uma fila enorme de cirurgias ortopédicas. Pessoas que tem dor e eu não consigo operar na minha rede pública. No concurso público que a gente fez agora para a atenção primária, o salário está tão defasado que, de 114 médicos, 34 tomaram posse. Só que eu assumi o governo com vedações eleitorais. Eu não posso fazer uma reestruturação no salário do médico e eu preciso manter esse profissional. Então, a partir do ano que vem, se tudo der certo, eu vou reestruturar a carreira da, da saúde, principalmente a carreira dos médicos, porque eles não estão ficando na rede. Nós estamos fazendo uma gestão onde agora o Iges consegue conversar com a Secretaria de Saúde, com o sistema. A gente tá licitando um novo sistema de gestão para eu ter a rotina do paciente. Ele sai da UBS, ele veio para a UPA, o exame dele está aqui, fica nas nuvens. O sistema é tão antigo que, nessas cirurgias eletivas, que eu estou chamando eles, eu tenho um absenteísmo, uma falta das pessoas de 25%. Será que a pessoa falta à cirurgia? Não é essa pessoa que falta à cirurgia. É o sistema de regulação, que é muito antigo, que não funciona.

O ex-candidato do PSD José Roberto Arruda acusa o seu candidato a vice, Gustavo Rocha, de ter interferido na Justiça para que a candidatura dele fosse impugnada. Como a senhora responde a essa acusação? A senhora tinha interesse na impugnação de Arruda?

Quando você é candidata a governadora, não escolhe adversário. Nunca tive essa preocupação. Isso era uma forma de ele colocar as sete condena-

ções que teve nas costas de alguém, colocar a culpa em outra pessoa. Não foi o Gustavo que cometeu os crimes, não foi o Gustavo que estava inelegível, não foi o Gustavo que foi condenado sete vezes em primeira e segunda instâncias. É uma forma de tirar o holofote do problema dele.

A ausência de Arruda na disputa facilita a sua candidatura?

Acho que o voto dele vem muito mais para nós. Mas isso é até pequeno diante de uma decisão dessas. Nunca foquei minha campanha na candidatura de Arruda. Sempre foquei na minha, diferentemente dele e dos meus adversários. Todos os meus adversários focaram na minha candidatura. Eu ia para um debate e ninguém debatia nada. Ficavam me atacando o tempo inteiro. Eu fui governar; eles ficaram fazendo debate e esqueceram os problemas que deixaram nesta cidade.

A senhora foi governadora interina durante 66 dias depois dos atos de 8 de janeiro. Qual é a sua avaliação sobre o que aconteceu naquele dia? Na sua avaliação, houve uma tentativa de golpe de Estado? E a senhora considera que houve falha ou leniência das forças de segurança para permitir que aquilo acontecesse?

Foi um ato de vandalismo lamentável. Eu era deputada federal. Quando você vê a sua Casa Legislativa sendo invadida e depredada, isso é reprovável e inadmissível. As pessoas precisam pagar uma pena por isso, mas a pena correspondente ao crime correto. Penas de 16 anos, para mim, são um absurdo. Uma pena por vandalismo é uma coisa. Há pessoas que foram condenadas e que sequer entraram ali. Então, na minha avaliação, não houve critério. Essas pessoas não tiveram o devido direito de defesa, inclusive na manutenção das prisões.

A senhora acha que aquilo teve relação com uma tentativa de golpe de Estado?

De jeito nenhum. O próprio ministro do Lula fala que não houve tentativa de golpe de Estado, o ministro [José] Múcio [Monteiro]. O ministro do Lula, não sou eu que está falando, não. Agora, o que aconteceu tecnicamente? No dia primeiro de janeiro, era o secretário Júlio [Danilo Souza Ferreira], secretário de segurança pública. Tinha um alerta máximo de vandalismo. E o Júlio cuidou, organizou. No dia 2, a equipe do Anderson [Torres] foi nomeada. Uma equipe inexperiente e o problema foi no dia 8. Então, eu acho que ficou uma lacuna de comando ali. Aí, o Anderson viajou, as pessoas que estavam lá eram novatas, não conheciam direito.

BRASILIANAS

POR WILLIAM FRANÇA



Trabalhadores da fábrica da BYD em Camaçari (BA)

Brasil alcança 1 milhão de carros eletrificados; DF tem 2ª maior frota

O Brasil ultrapassou na sexta-feira passada (25 de setembro) a marca histórica de 1 milhão de veículos leves eletrificados em circulação, segundo anúncio da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE). O cálculo considera todos os emplacamentos registrados desde janeiro de 2012, início da série histórica da entidade, até 25 de setembro de 2026. A evolução do mercado tem sido acelerada: em 2012 foram apenas 117 unidades, número que passou para 1.091 em 2016, superou 177 mil em 2024, avançou para 223 mil em 2025 e chegou a 328 mil entre janeiro e agosto deste ano. A participação dos eletrificados nas vendas domésticas também cresceu e atingiu 21,8% em agosto, quadruplicando em menos de três anos. Nesse cenário, o Distrito Federal aparece como o segundo maior polo de eletromobilidade do país, atrás apenas de São Paulo. Dados do Detran-DF mostram que a frota local soma 59.186 veículos eletrificados, sendo 19.659 modelos 100% elétricos e 39.527 híbridos. Considerando a frota circulante total de 2.223.419 veículos, os eletrificados representam 2,66% do montante. O avanço é impulsionado por incentivos como a isenção do IPVA para veículos movidos a energia limpa.



Jardim das Ruínas, por Valéria Pena Costa

Jardim Botânico recebe última semana de mostra

O público tem até amanhã (30) para visitar o II Festival Galeria Aberta: Arte da Terra, no Jardim Botânico de Brasília. A mostra reúne seis instalações concebidas especialmente para o Cerrado e integra arte contemporânea, paisagem e elementos naturais como luz, vento e sons. Como última ação da programação, a artista e curadora Patricia Bag-niewski conduziu ontem, às 11h, uma visita orientada pelo circuito, que também apresenta obras de Adriane Kariú, Coletivo Vaga-mundo – poéticas nômades, Daisy Barros, Nina Coimbra e Valéria Pena-Costa. Nesta edição, o Festival retomou a proposta iniciada em 2012 de deslocar a experiência artística dos espaços expositivos tradicionais para o ambiente natural, transformando a caminhada pelo Jardim Botânico em um exercício de observação e descoberta. As curadoras destacam o envolvimento do público com a mostra e a capacidade das obras de estimular novas relações com o território. O Festival pode ser visitado de terça a domingo, das 9h às 16h30, com classificação livre.

DF supera SP na proporção de elétricos

Embora o estado de São Paulo lidere com folga o número absoluto de veículos eletrificados no país, o DF apresenta uma participação proporcional maior na própria frota circulante. Relatórios da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) e dados dos departamentos de trânsito mostram que São Paulo concentra mais de 26% dos eletrificados nacionais, com estimativa entre 260 mil e 270 mil unidades em circulação. No recorte dos modelos 100% elétricos, o estado registra 56.388 automóveis, sendo 17.673 apenas na capital paulista. Apesar da expansão expressiva, esses veículos representam cerca de 0,36% do universo de mais de 15,5 milhões de automóveis convencionais registrados no estado. No DF, o cenário é distinto: os 19.659 veículos 100% elétricos e os 39.527 híbridos somam 59.186 unidades, o que corresponde a 2,66% da frota total de 2.223.419 veículos. A diferença evidencia que, proporcionalmente, o DF avança em ritmo mais acelerado na adoção de tecnologias limpas, consolidando-se como o principal polo de eletromobilidade fora do eixo paulista.

Plano individual de acessibilidade no DF

O deputado distrital Robério Negreiros (Podemos) apresentou na Câmara Legislativa do Distrito Federal o PL 2494/26, que cria a Política de Acessibilidade Pedagógica para Estudantes com Baixa Visão na rede pública de ensino. A proposta busca resolver um problema recorrente enfrentado por esses alunos, que muitas vezes não recebem material adaptado de forma regular e precisam solicitar ajustes a cada atividade. O projeto estabelece que as escolas garantam, de maneira contínua, recursos como fonte ampliada, maior contraste, adaptação de mapas e gráficos, tempo adicional em avaliações e apoio de leitor, quando necessário. A principal ferramenta prevista é o Plano Individual de Acessibilidade Visual, documento elaborado com o estudante, a família e profissionais da rede, que deve acompanhá-lo mesmo em mudanças de turma ou escola. O texto também veda a entrega tardia do material adaptado e proíbe que a adequação reduza o conteúdo pedagógico. A iniciativa integra a atuação do parlamentar na pauta da inclusão, que reúne 25 leis sancionadas desde 2013.



Segundo o MPDFT, a medida só ocorreu após o órgão intervir no caso

Análise de mais de 1,9 mil projetos do FAC é retomada no DF

Secretaria de Cultura volta a contratar pareceristas para realizarem as análises

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Secec) retomou a análise dos projetos inscritos nos editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC-DF) após a liberação de recursos para contratar pareceristas. Ao todo, 1.950 propostas estavam pendentes desde a suspensão do Edital FAC I/2026. A medida ocorreu após a Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), solicitar esclarecimentos sobre a interrupção. O órgão enviou o Ofício nº 478/2026 à Secec em 28 de agosto. Em resposta, a pasta informou que a Secretaria de Economia do DF (Seec-DF) liberou os recursos para executar os editais e contratar os profissionais responsáveis pelos pareceres. A Secec afirmou que a falta de verba estava ligada à execução e à gestão centralizada do orçamento e do fluxo financeiro do DF. Segundo a Economia, houve bloqueios e retenções de dotações destinadas ao FAC. Já a pasta de Cultura informou que negociava a liberação de valores desde abril, com foco na contratação dos pareceristas credenciados. A suspensão foi encerrada por aviso publicado pela Se-

cec em 4 de setembro. O ato autorizou a continuidade da contratação dos pareceristas selecionados conforme o Edital nº 17/2025 e permitiu o reinício da análise de mérito cultural das propostas. Com a retomada, o cronograma de avaliação foi restabelecido.

QUEM SÃO OS PARECISTAS?

Os pareceristas analisam as propostas e emitem pareceres para subsidiar a seleção dos projetos que poderão receber recursos previstos no fundo cultural do DF.

ATUAÇÃO DO MPDFT

A PDDC havia solicitado informações sobre os fatores administrativos, orçamentários e financeiros que levaram à falta dos recursos. Também pediu dados sobre possíveis bloqueios ou contingenciamentos, a dotação prevista para os pareceristas e as medidas adotadas para voltar a avaliar os projetos. O procurador distrital dos Direitos do Cidadão, Eduardo Sabo, acompanha o caso. De acordo com o MPDFT, a atuação do órgão busca informações sobre a aplicação dos recursos destinados ao fomento cultural e continuidade dos procedimentos administrativos ligados aos editais do FAC no Distrito Federal.



Código eleitoral proíbe incitamento a atentado contra pessoas

Justiça suspende propaganda eleitoral com arma de Adrilles Jorge

O TRE-SP determinou a suspensão imediata de propaganda eleitoral de Adrilles Jorge (UNIÃO), vereador de São Paulo e candidato a deputado federal, após representação do Ministério Público Eleitoral. Na peça, Adrilles aparece com um livro em uma mão e uma arma na outra. Ele aponta a arma para a câmera e afirma: “De palavra eu entendo. Mas pra vagabundo que violenta criança não tem palavra, tem bala”, antes de efetuar um disparo. O juiz Ronnie Herbert Barros Soares considerou, em análise preliminar, que o conteúdo pode violar o Código Eleitoral, que proíbe propaganda de incitamento a atentado contra pessoas ou bens. A decisão determina a suspensão da peça na TV, rádio e internet e a retirada do conteúdo do Instagram em 24 horas, sob multa diária de R\$ 1 mil, limitada a 30 dias. Adrilles e a Federação União Progressista serão intimados para apresentar defesa. O mérito da representação ainda será julgado.

Justiça atende pedido de Pavanato contra Luna

O TRE-SP determinou que a candidata da deputada federak, Luna Zarattini(PT) retire, em 24 horas, uma bandeira de campanha amarrada a um poste de sinalização na capital. A liminar atende a pedido do também candidato a deputado federal, Lucas Pavanato(PL), que apontou propaganda irregular em bem público. O juiz Ronnie Herbert Barros Soares também proibiu a reinstalação de materiais em desacordo com a lei, sob multa diária de R\$ 3 mil, limitada a R\$ 90 mil. Luna terá dois dias para apresentar defesa.



Decisão liminar determinou que Luna retire bandeira em 24 horas

TSE autoriza Bove a usar santinhos com Bolsonaro

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, por maioria, permitir que o deputado estadual Lucas Bove (PL), candidato à reeleição, use a imagem do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em materiais de campanha. A Corte não referendou liminar da relatora Estela Aranha que havia determinado o recolhimento das peças. A divergência foi aberta pelo presidente do TSE, Kassio Nunes Marques. O caso teve origem em ação de Duda Hidalgo (PT), que questionou 50 mil santinhos e wind banners distribuídos em Ribeirão Preto (SP).

Empresário é preso por venda de lotes

Um empresário foi preso preventivamente por manter a venda de lotes no condomínio clandestino Clube Encontro das Águas, em Jacareí (SP), mesmo após ordem judicial para interromper a comercialização. Segundo o MPF, o empreendimento se sobrepõe a uma área de proteção ambiental federal. A Justiça também determinou a apreensão de máquinas e a lacração da guarita do condomínio, para impedir novas vendas no local.

Podem mudar o voto

Pesquisa Datafolha divulgada na sexta(25) aponta que 29% dos eleitores de São Paulo afirmam que ainda podem mudar o voto para governador até o 1º turno. Outros 71% dizem estar totalmente decididos, ante 66% no levantamento anterior. Foram ouvidas 1.610 pessoas nos dias 22 e 23 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Salles fora do Debate

O TRE-SP negou pedido do candidato ao Senado, Ricardo Salles(NOVO) para participar do debate do G1 na última sexta-feira (25). O juiz Ronnie Herbert Barros Soares apontou que Salles tinha 4% na pesquisa usada pelo portal, abaixo dos 5% exigidos, e que o Novo não atendia ao critério de representatividade adotado para o evento.

Ainda sobre uso de armas

Além de Adrilles, o candidato a deputado federal Rubinho Nunes (União) também foi alvo de decisão do TRE-SP por propaganda com arma. A Justiça determinou a retirada, em 24 horas, de vídeo em que ele aponta uma arma para a câmera e dispara contra um alvo ao falar em “caça a criminosos sexuais”. A peça também foi suspensa na TV, rádio e internet.

Metrô na madrugada

O Metrô de São Paulo prorrogou até 31 de janeiro de 2027 a operação 24 horas entre sábado e domingo. Em caráter experimental, as linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata funcionarão sem interrupção. Desde dezembro de 2025, a iniciativa contabilizou quase 665 mil embarques nas madrugadas, com média de 15,8 mil passageiros por noite.

Tratamento para ossos

O deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSD-SP) pediu ao Ministério da Saúde explicações sobre a decisão de não incorporar ao SUS a vosoritida, usada no tratamento da acondroplasia, condição genética rara que afeta o desenvolvimento dos ossos. O requerimento questiona critérios técnicos e econômicos e o impacto orçamentário da medida.

Caso elefante Sandro

A transferência do elefante Sandro de Sorocaba para o Santuário de Elefantes Brasil, em Mato Grosso, ocorreu após atuação do MPSP. O animal deixou o zoológico municipal em 16 de setembro e chegou ao local dois dias depois. A Justiça determinou a mudança após ação que apontou condições inadequadas do recinto e o isolamento do elefante.



Eduardo citou suposto lobby em projeto sobre absorventes de Tabata

STF condena Eduardo a um ano por difamar Tabata Amaral

Decisão também fixa multa de mais de R\$ 80 mil; julgamento terminou em 7 a 3

Da **Redação**

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, na sexta(25), o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) a um ano de detenção por difamação contra a deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP). O julgamento terminou com sete votos pela condenação e três pela absolvição. A Corte também fixou multa superior a R\$ 80 mil.

O processo teve origem em publicações feitas por Eduardo Bolsonaro em 2021, após Tabata apresentar uma proposta relacionada à distribuição de absorventes. Na ocasião, ele afirmou em uma rede social que o projeto parecia atender ao lobby de uma empresa do setor de produtos de higiene e associou a parlamentar ao proprietário da companhia, apresentado por ele como mentor e patrocinador da deputada.

Relator do processo, o ministro Alexandre de Moraes considerou que as declarações atingiram a honra de Tabata. Segundo o ministro, não havia fundamento para afirmar que a parlamentar havia atuado para atender aos interesses de uma pessoa ou empresa. Moraes enquadrou a conduta no crime de difamação, previsto no artigo 139 do Código Penal.

Além de um ano de detenção, a pena estabelecida inclui

39 dias-multa, com cada dia calculado no valor equivalente a dois salários mínimos. O valor total supera R\$ 80 mil. Moraes também entendeu que a pena não deveria ser substituída por medidas restritivas de direitos porque Eduardo estaria em local considerado incerto pela Justiça. O ex-deputado vive nos Estados Unidos.

Acompanharam integralmente o relator os ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia, Cristiano Zanin, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. O presidente do STF, Edson Fachin, também votou pela condenação, mas divergiu no ponto referente à impossibilidade de substituição da detenção por uma pena alternativa. Os ministros André Mendonça, Luiz Fux e Nunes Marques votaram pela absolvição. Mendonça argumentou que as declarações de Eduardo Bolsonaro estavam inseridas no debate político e protegidas pela imunidade parlamentar. Fux e Nunes Marques acompanharam esse entendimento. A análise havia começado em abril no plenário virtual do STF, mas foi interrompida após pedido de vista de Mendonça.

Eduardo Bolsonaro ainda não havia se manifestado sobre a nova condenação até a publicação desta reportagem. O Correio da Manhã aguarda posicionamento.



Paes cumprimenta eleitores em Guapimirim

Paes intensifica agenda na Baixada na reta final da campanha

Na reta final de campanha, o candidato ao Governo do do Rio Eduardo Paes (PSD) intensificou sua presença nas ruas de diversas regiões do estado. Paes participou de carreatas e caminhadas e conversou com eleitores ao lado de candidatos a deputado federal e estadual e do Senado, Pedro Paulo (PSD), além de prefeitos e vereadores, abordando temas como segurança pública, mobilidade urbana, saúde e educação. O candidato esteve em Guapimirim, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Valença e na capital fluminense. Em Guapimirim, prometeu melhorar as condições do serviço dos trens. Em Duque de Caxias, disse, ao lado do prefeito Netinho Reis (MDB), que construirá o Hospital Estadual do Câncer no município. Em Nova Iguaçu, Eduardo Paes caminhou com o prefeito Dudu Reina (PP) e o ex-prefeito Rogério Lisboa (PP). Depois, Paes visitou a cidade de Valença, no interior do estado. No fim do dia, ele fez campanha na capital com o prefeito Eduardo Cavaliere (PSD).

Casa da Mulher Fluminense em Caxias

Ao lado da esposa Cristine Paes e da candidata a vice-governadora, Jane Reis (MDB), Paes apresentou as suas propostas para a área da segurança pública voltadas exclusivamente ao público feminino na “Caminhada das Mulheres”, realizada em Duque de Caxias. Paes prometeu construir mais oito novas Delegacias de Atendimento à Mulher e anunciou que vai implantar o projeto Casa da Mulher Fluminense, além de ampliar a Patrulha Maria da Penha.

A caminhada contou com a participação de candidatos a deputado federal e estadual da coligação “Juntos para Mudar, Coragem para Reconstruir”, formada por 12 partidos: PSD, MDB, PT, PV, PCdoB, PDT, PSB, Solidariedade, PRD, PSDB, Cidadania e DC. O candidato ao Senado, Pedro Paulo (PSD); o prefeito de Duque de Caxias, Netinho Reis (MDB); e o ex-prefeito da cidade, Washington Reis (MDB)



Paes faz caminhada com mulheres em Duque de Caxias

Garotinho diz que segue na disputa ao Governo

Garotinho também buscou eleitores da Baixada Fluminense neste fim de semana, numa grande peregrinação pela região no domingo (27). O dia começou às 9h, em São João de Meriti. Depois, seguiu para Belford Roxo, às 11h, Nova Iguaçu, ao meio-dia, e Queimados, às 13h. O candidato do Republicanos reafirmou que segue na disputa, mesmo com as questões jurídicas em curso.

Auditoria interna

Uma auditoria do Governo do Estado identificou indícios de sobrepreço e superfaturamento no contrato de R\$ 49,6 milhões firmado entre a Secretaria de Governo e a Fundação Cesgranrio. O objeto da contratação, feita sem licitação, era a avaliação externa do Programa Operação Segurança Presente.

Segurança Presente

O relatório, concluído pelos auditores, aponta que, em menos de três meses de vigência, a administração já havia pago R\$ 29,7 milhões à fundação, cerca de 60% do valor total, por produtos de “baixa densidade técnica” e “curtíssima extensão”. O contrato foi firmado em dezembro de 2025 e o último pagamento foi realizado em março, segundo o relatório de gestão orçamentária.

Contratação suspeita

Com base nos indícios de sobrepreço na origem da contratação e na desproporção entre os valores pagos e o que foi efetivamente entregue, os pagamentos foram suspensos assim que a atual gestão assumiu interinamente. O relatório recomenda ainda a instauração de uma Tomada de Contas para apurar os fatos, quantificar o prejuízo aos cofres públicos, se existente, e identificar os responsáveis. O relatório será encaminhado ao Ministério Público estadual e ao Tribunal de Contas estadual.

Negociação de Dívidas

O Mutirão Estadual de Negociação de Dívidas chegou ao fim com mais de R\$ 4 milhões em débitos renegociados ao longo de toda a campanha, abrangendo os 92 municípios fluminense. A força-tarefa, coordenada pela Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor e pelo PROCON-RJ, mobilizou mais de 40 empresas e instituições de diversos segmentos

Orientações financeiras

Além de recuperar o poder de compra e limpar o nome dos consumidores, a iniciativa deu orientações sobre planejamento de orçamento familiar, métodos de prevenção ao endividamento excessivo e explicaram os mecanismos de proteção garantidos pela Lei do Superendividamento.

Dívidas protestadas

Em muitos casos, o mutirão garantiu condições especiais e exclusivas de pagamento, com descontos de 100% no valor total de seus débitos. Nos municípios onde o atendimento ocorreu nos cartórios de protesto, as rodadas facilitaram o acerto direto de dívidas protestadas junto aos credores.



Douglas e Flávio em São João de Meriti, na Baixada Fluminense

Em São João de Meriti, Douglas defende ajuda a motociclistas

Ao lado de Flávio, candidato defende IPVA zero para motos até 180 cilindradas

Da **Redação**

Ao lado do candidato à Presidência Flávio Bolsonaro, o candidato do PL ao governo do Rio de Janeiro Douglas Ruas participou de motocarreatas pelas ruas de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, e da Zona Oeste da capital. Em discurso, Ruas reafirmou o compromisso de zerar o imposto para motocicletas de baixas cilindradas.

“Quem tem motos até 180 cilindradas não vai mais pagar IPVA no Rio de Janeiro. Chega de imposto, estamos aqui em defesa do trabalhador”, disse.

Em São João de Meriti, a motocarreata reuniu uma multidão de apoiadores pelas ruas da cidade. De tarde, na Zona Oeste, Flávio e Ruas conduziram mais de 3 mil motocicletas pelas ruas da Barra da Tijuca, Taquara, Freguesia e Anil.

Ruas também participou de uma caminhada com apoiadores em Itaboraí, ao lado do candidato a deputado estadual Guilherme Delaroli e do prefeito Marcelo Delaroli.

CARREATA EM SÃO GONÇALO

Na sua terra natal, São Gonçalo, destacou o avan-

ço da candidatura nos últimos dias e reafirmou o compromisso de manter o diálogo com a população fluminense.

A carreata contou com a presença do prefeito Capitão Nelson, do candidato a deputado federal Altineu Côrtes e do candidato a deputado estadual Nelsinho Ruas.

“A nossa campanha, desde o seu princípio, tem se dedicado a apresentar à população a trajetória de trabalho do candidato Douglas Ruas, bem como as propostas que norteiam o futuro do estado do Rio de Janeiro. À medida que a população toma conhecimento dessa trajetória, observamos um crescimento constante da adesão à nossa candidatura. Espero que, até o dia 4 de outubro, possamos alcançar o maior número possível de eleitores, consolidando uma verdadeira corrente de união em prol da mudança que o nosso estado tanto necessita”, afirmou.

AGENDA

Douglas fará nesta segunda-feira (28) Corpo-a-corpo da praça Saenz Pena até o Shopping Tijuca. A caminhada começa na Rua General Roca com Conde de Bonfim, em frente ao Banco do Brasil.



Nova unidade substitui escola que funcionava em má condições

MPF consegue na Justiça a construção de escola indígena

Uma nova escola foi construída para atender os estudantes indígenas da Aldeia Guaruhu, na Terra Indígena Araribóia, em Amarante do Maranhão (MA), após uma ação civil do Ministério Público Federal (MPF). A obra foi concluída em maio de 2025 e a unidade já está funcionando. A construção ocorreu durante o andamento de uma ação civil pública apresentada pelo MPF contra o estado do Maranhão. A ação foi iniciada em 2023, depois de fiscalizações na antiga Escola Estadual Indígena Tawine. O MPF constatou que a unidade estava em estado de deterioração e não contava com banheiros, cantina, mobiliário básico e equipamentos necessários para as atividades escolares. Os alunos assistiam às aulas sentados no chão por falta de carteiras. Diante da situação, o MPF pediu à Justiça que o estado do Maranhão fosse obrigado a adotar medidas para reformar e reestruturar a escola.

Combustíveis em Alagoas

Alagoas passará a adotar novos preços médios de referência para combustíveis em 1º de outubro. Os valores constam de uma tabela publicada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária no Diário Oficial da União. A tabela traz o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final, usado como referência para calcular o ICMS em operações com combustíveis como etanol, gás natural veicular e querosene de aviação. Isso não significa que os preços nas bombas mudarão em outubro.



Os valores de cada estado podem ser consultados na Confaz

Justiça manda soltar delegado Braz Morroni

A Justiça da Paraíba determinou a soltura do delegado Braz Morroni de Paiva Júnior e dos policiais civis Everton Rychelson da Silva Aires e Eduardo Jorge Ferreira do Egito. Os três são investigados na Operação Perfidus, que apura a suposta participação dos agentes da Polícia Civil em um esquema relacionado a pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. A decisão foi assinada pelo juiz Salvador de Oliveira Vasconcelos, da 5ª Vara Criminal de João Pessoa. A liberdade, no entanto, está condicionada ao cumprimento de uma série de medidas.

Correios retomam atividades após paralisação

Os trabalhadores dos Correios na Paraíba encerraram a greve iniciada em 11 de setembro. A decisão foi tomada em assembleia realizada na quinta-feira (24), após o julgamento do dissídio coletivo da categoria. As atividades devem ser retomadas nesta sexta-feira (25). Durante a paralisação, só serviços internos funcionaram. As reivindicações incluíam reajuste salarial, benefícios e saúde.

Operação

O Ministério Público de Alagoas deflagrou a Operação Dionísio para apurar suspeitas de sonegação, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e outras fraudes tributárias no setor de bebidas. São cumpridos 17 mandados de busca e apreensão em Alagoas, Minas Gerais, São Paulo e Maranhão. A investigação envolve 30 pessoas físicas.

Justiça

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) decidiu levar a júri popular 4 integrantes da torcida organizada Bamor acusados do ataque ao ônibus do Bahia. O caso ocorreu em 2022 e deixou 2 jogadores feridos. Os réus respondem em liberdade por tentativa de homicídio qualificado. A decisão ainda pode ser contestada.

Seminário

Penedo será palco, em 6 e 7 de outubro, do I Seminário de Afroturismo das Alagoas. O evento gratuito será realizado no Theatro Sete de Setembro e terá debates sobre patrimônio, memória, cultura, turismo e justiça racial. A programação reúne representantes do poder público, universidade, comunidades quilombolas.

Requalificação

A Prefeitura de Salvador entregou a requalificação da Rua Guilard Muniz, na Pituba, área com bares e restaurantes. A intervenção incluiu novo pavimento, passeios, iluminação, paisagismo e balizadores para organizar o trânsito. A via continuará aberta, com redução de velocidade. Em eventos, o espaço poderá ser fechado para circulação.

Entrega

A Prefeitura de Formosa da Serra Negra realizou a entrega de cartões do programa Maranhão Livre da Fome. O benefício é destinado a famílias em situação de vulnerabilidade que atendem aos critérios definidos pelo programa estadual. A ação amplia o acesso à transferência de renda e integra as medidas do Governo para reduzir a insegurança.

Ação da polícia

A Polícia Militar do Piauí realizou uma solenidade pelos 22 anos da Rondas Ostensivas de Natureza Especial (RONE). A unidade atua em operações de combate ao crime e apoio a outras equipes de segurança. A cerimônia reuniu integrantes da corporação e autoridades para marcar a trajetória do grupo.



Banco do Nordeste destinará R\$ 4,3 bilhões do FNE para o RN

RN recebe recursos para infraestrutura e turismo

Valor previsto para 2027 supera em 16% o volume executado pelo BNB

Da **Redação**

O Rio Grande do Norte deverá receber R\$ 4,3 bilhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) em 2027 para financiar atividades produtivas. O valor é 16% superior ao volume executado pelo Banco do Nordeste (BNB) em 2026. A proposta foi apresentada em Natal pela Superintendência Estadual do banco, com participação de representantes do governo, setor produtivo.

Do total previsto, R\$ 1,69 bilhão será destinado à infraestrutura, R\$ 865 milhões ao comércio e serviços e R\$ 748 milhões à pecuária. A indústria terá R\$ 569 milhões, enquanto a agricultura contará com R\$ 237 milhões. O planejamento reserva ainda R\$ 175 milhões para o turismo e R\$ 14 milhões para financiamentos destinados a pessoas físicas.

A distribuição foi discutida em reunião com secretários estaduais, representantes de entidades empresariais, setor rural e órgãos públicos. O encontro também teve apresentação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre os cenários econômicos do Rio Grande do Norte. Os dados foram usados como referência para a definição das

áreas que poderão receber os recursos.

O Banco do Nordeste é o administrador e operacionalizador exclusivo do FNE. O fundo é formado por parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados. Segundo o banco, 70% dos recursos disponíveis atualmente vêm da devolução de valores emprestados, que podem ser novamente direcionados a novos projetos.

A programação anual busca alinhar a aplicação do crédito às demandas econômicas do estado. Os recursos poderão financiar empreendimentos e atividades dos setores previstos no planejamento, conforme as condições e critérios estabelecidos pelo FNE. A definição da distribuição setorial integra o processo de elaboração da programação do fundo para 2027. Entre as áreas contempladas, a infraestrutura concentra a maior parcela do planejamento, seguida por comércio e serviços. A proposta considera informações sobre a economia potiguar e deve orientar a oferta de crédito no próximo ano. A participação de entidades representativas faz parte da elaboração da programação anual do FNE e permite reunir demandas de diferentes setores.



Agenda em Belém aborda sustentabilidade

Pesca industrial volta a ser debate em regiões do Pará

O ministro da Pesca e Aquicultura, Edipo Araujo, cumpriu na última quarta-feira, em Belém (PA), agenda com representantes da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) para discutir propostas voltadas à sustentabilidade e ao fortalecimento da pesca industrial no estado. O encontro também tratou de medidas para ampliar as exportações brasileiras de pescado, abrir novos mercados e apoiar empresas do setor. Durante a reunião, a direção da FIEPA apresentou propostas de ações para a sustentabilidade da pesca industrial paraense. O ministro destacou que o Pará tem papel estratégico na cadeia nacional e reforçou a necessidade de ampliar as oportunidades para o pescado brasileiro no mercado internacional. “Estamos tratando aqui também das exportações. Isso fica muito claro com a política do Brasil Soberano: o Brasil não pode ficar refém de país nenhum”, afirmou Edipo.

OAB RO analisa idoneidade moral em pedidos

A Câmara de Seleção e Habilitação da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rondônia (OAB RO) reuniu-se na tarde desta quinta-feira, 24, para deliberar sobre pautas decisivas referentes aos requisitos para o ingresso nos quadros da Ordem. Durante a sessão, o colegiado analisou dois incidentes de inidoneidade moral instaurados em processos de inscrição originária. Em estrito cumprimento ao Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994), ambos os processos tramitam sob sigilo.



Em sessão realizada sob sigilo, colegiado indefere pedidos

PF bloqueia mais de R\$ 17 milhões em operação

A Polícia Federal deflagrou a Operação Combustão para investigar suspeitas de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e financiamento eleitoral irregular relacionado às eleições de 2022 no Amazonas. A ação cumpriu seis mandados de busca e resultou no bloqueio de bens e valores superiores a R\$ 17 milhões por determinação da Justiça Eleitoral. Segundo a investigação, o suposto esquema envolvia recursos de contratos firmados pela Associação Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental.

Acre abre caminho para novas oportunidades

O Governo do Estado do Acre divulgou o resultado definitivo da seleção para contratação de estagiários. A lista reúne os candidatos classificados após as etapas previstas no processo. Os nomes podem ser consultados no documento publicado pelo Executivo estadual. As áreas de formação estão definidas no edital. A convocação dos classificados seguirá os prazos previstos no edital atual.

Drogas

A Polícia Federal, o 5º Batalhão da Polícia Militar do Acre e o Grupo Especial de Operações em Fronteiras (Gefron) apreenderam 246,9 kg de drogas em Senador Guimard. A abordagem ocorreu após troca de informações entre as forças. Foram encontrados cerca de 167 kg de skunk e 79 kg de cloridrato de cocaína.

Ações médicas

O Ministério Público Federal recomendou ao Instituto Nacional do Seguro Social medidas para facilitar avaliações médicas no interior do Amapá. O documento pede planejamento para o Pre-vMóvel, atendimento presencial regular na agência do município de Amapá e recursos para ações itinerantes. A orientação busca reduzir deslocamentos locais.

Atividade

Belém recebeu no sábado (26) uma ação com serviços voltados à população LGBTQIAPN+. O atendimento será das 9h às 13h, no Mercado de São Brás. A programação inclui orientação jurídica, retificação de nome e gênero, assistência social, saúde, benefícios previdenciários, consulta processual e orientações sobre direitos.

Estiagem

O governo do Amazonas decretou situação de emergência por 180 dias devido à estiagem e às previsões de chuvas abaixo da média. O Decreto nº 55.486 considera também temperaturas acima da média e possível agravamento do cenário. A estimativa estadual é de que até 162 mil famílias, cerca de 648 mil pessoas.

Educação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 15.520/26, que cria a Universidade Federal da Fronteira Norte, no Amapá. A instituição será formada a partir do desmembramento do Campus Binacional de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá (Unifap). A unidade terá cursos, estudantes, cargos e funções que já pertencem ao campus.

Ação da polícia

A Polícia Federal prendeu 2 pessoas e apreendeu R\$ 2,5 milhões em espécie após a retirada do valor de uma agência bancária de Belém. A ação integra investigação com atuação do Ministério Público Federal (MPF) e da Controladoria-Geral da União (CGU). Segundo a apuração, o dinheiro teria origem em desvio de recursos públicos.



Decisão histórica ocorreu dentro de aldeia após inspeção judicial

Justiça determina novas ações em terra indígena no Pará

Decisão prevê bases de segurança, saúde, água e educação em 6 aldeias

Da Redação

A Justiça Federal determinou medidas de segurança e políticas públicas para a Terra Indígena Alto Rio Guamá (Tiarg), no nordeste do Pará, após acolher integralmente pedidos do Ministério Público Federal (MPF). A decisão foi anunciada em 16 de setembro, na aldeia Cajueiro, após inspeção judicial de 2 dias. Entre as medidas estão bases de segurança e serviços básicos para 6 comunidades. A decisão ocorreu após diligência de cerca de 450 quilômetros por estradas de terra, realizada em 14 e 15 de setembro. O objetivo foi avaliar o território após a desintrusão concluída em 2023. Na vistoria, foram identificados pontos de insegurança e trilhas clandestinas. Em uma ponte sobre o Rio Tawari, no Ramal do Livramento, uma placa da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) tinha marcas de disparos. A Polícia Federal havia erradicado cerca de 60 mil pés de maconha no interior da terra indígena. A inspeção encontrou dificuldades de infraestrutura nas novas aldeias criadas em áreas antes ocupadas por não indígenas. Segundo o MPF, as comunidades enfrentam pro-

blemas de transporte, água potável e educação. O órgão ampliou os pedidos na ação civil pública e incluiu o Estado do Pará e os municípios de Paragominas, Nova Esperança do Piriá e Santa Luzia do Pará. A decisão estabelece prazo de 180 dias para a União e a Funai construírem e estruturarem 2 bases operacionais, em Tukumà'tyw e Waxa'iTyw, com presença contínua de pelo menos 16 agentes da Força Nacional ou de forças federais de segurança pública. Também determina 2 guaritas de controle de acesso em 45 dias. União, Estado do Pará e municípios deverão recuperar, em 90 dias, ramais da antiga estrada vicinal Trans-tembé. A decisão prevê ainda planos para moradias, água, saúde, alimentação e transporte nas 6 comunidades. A Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc) deverá criar turmas de educação escolar indígena nas novas aldeias. As determinações têm efeito imediato e multa diária de R\$ 10 mil para cada órgão público. Um comitê com representantes da Justiça Federal, MPF, Defensoria Pública da União, Funai, governos federal, estadual e municipais.



DIVULGAÇÃO/MAPA

Máquinas tinham acúmulo de sujeiras e teias de aranha

SC: fábrica produzia e vendia ração animal sem registro em Blumenau

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) identificou, durante fiscalização realizada em Blumenau (SC), uma fábrica que produzia e comercializava produtos para alimentação animal sem registro no órgão federal. A ação ocorreu após o recebimento de uma denúncia. No local, foram encontradas estruturas para produção, armazenamento, mistura, pesagem, ensacamento e venda, além de equipamentos e matérias-primas destinados à fabricação de produtos para diferentes espécies. A fiscalização apontou falhas de higiene, acúmulo de poeira e resíduos em equipamentos, presença de insetos e teias de aranha, circulação de animais nas áreas de armazenamento e deficiência no controle de pragas. Foram constatados problemas de rastreabilidade e identificação de produtos e lotes, além de condições inadequadas para armazenar matérias-primas e produtos acabados.

Turismo do Paraná cresceu 6,7% em julho

Em relação a junho, o turismo do Paraná cresceu 6,7% em julho, mais que o dobro da média nacional, de 2,7%, segundo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio PR), com base na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em Foz do Iguaçu (PR), o Parque Nacional do Iguaçu recebeu 263,1 mil visitantes, 20% acima de julho de 2025. Brasileiros somaram 174 mil e argentinos, 50,4 mil. Foi o melhor resultado mensal desde dezembro de 2025.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU



O resultado ocorreu após quedas de 1,5% em maio e 5,3% em junho

Secretário do MEC visita IFs do RS nesta semana

O secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase) do Ministério da Educação (MEC), Gregório Durlo Grisa, fará palestras e atividades em 5 institutos federais do Rio Grande do Sul entre hoje (28) e sexta-feira (2/10). A programação inclui visitas a campi, conversas com servidores e encontros com estudantes. As ações terão como tema “Contexto da Educação Profissional no Brasil”. Grisa estará em unidades de Porto Alegre, Sapucaia do Sul, Alvorada e Canoas. Em alguns locais, também haverá visita a laboratórios.

Curitiba estima R\$ 16 bi para orçamento de 2027

A prefeitura de Curitiba (PR) estima R\$ 16,6 bilhões em receitas e despesas brutas para 2027, conforme a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA). O texto deve ser entregue à Câmara Municipal de Curitiba (CMC) até quarta-feira (30). Após o recebimento, os vereadores deverão analisar a matéria e votar a previsão orçamentária até o fim do segundo semestre. O montante reúne as estimativas para as contas públicas.

Médico irá a júri

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) manteve a decisão que levará o médico João Batista do Couto Neto a júri, em Novo Hamburgo (RS), por seis homicídios qualificados por motivo torpe. O colegiado afastou a qualificadora de motivo cruel, mas rejeitou os pedidos da defesa e do Ministério Público.

Temporais em SC

A Defesa Civil de Santa Catarina prevê aumento das instabilidades entre hoje (28) e amanhã (29). A mudança ocorre pela intensificação de uma área de baixa pressão no interior do continente e pela formação de uma nova frente fria. O cenário favorece a ocorrência de temporais isolados em todas as regiões do estado, durante os dois dias.

Semana do Empreendedor

Empreendedores de Curitiba (PR) poderão buscar orientação e opções de financiamento durante o 2º Ciclo Curitiba de Acesso ao Crédito, de hoje (28) a sexta-feira (2/10), na sede da Associação Comercial do Paraná. A programação integra a Semana do Empreendedor e terá atendimentos, capacitações e conversas com instituições de fomento.

Pensão garantida

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS) garantiu pensão alimentícia por prazo indeterminado a uma mulher de 63 anos, não alfabetizada, em Jaguarão (RS). A decisão ocorreu após o divórcio, formalizado em 2021, não ter tido a previsão de alimentos. Após 29 anos de relacionamento, ela passou a depender de familiares.

Castração animal

A prefeitura de Itajaí (SC) está com inscrições abertas para mutirões de castração animal que ocorrerão nos próximos dias 7, 8 e 9 de outubro para os moradores de Cordeiros, Murta e Salseiros. O município tem a meta de atender 10 mil animais em 2026. O cadastro deve ser feito pelo WhatsApp da Defesa Animal: (47) 9993-2415.

Implantação do conselho

O Ministério Público do Paraná (MPPR) recomendou que Paranguá adote medidas para implantar um segundo conselho tutelar. A orientação decorre de apuração da 5ª Promotoria de Justiça sobre o descumprimento da Lei 4.449/24, que criou a unidade. O município alegou falta de recursos, mas o procedimento apontou desarticulação no Executivo.



Alta de 2,38% não reduz os efeitos da entrada de produtos mais baratos

Produção de leite avança no RS sob pressão de importados

Importações já representam 8% do mercado, segundo entidade do RS

Da **Redação**

A produção de leite no Rio Grande do Sul cresceu 2,38% em 2025, na comparação com 2024, mas o avanço não eliminou a pressão sobre pequenas e médias indústrias de laticínios. Segundo a Associação das Pequenas e Médias Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Apil), as importações representam cerca de 8% do mercado e incluem produtos da Argentina e do Uruguai, com custos inferiores aos da produção gaúcha.

De acordo com a entidade, a concorrência afeta principalmente empresas de menor porte, que disputam espaço com produtos importados. O presidente da Apil, Fernando Zimmermann, aponta ainda o uso de traders por empresas menores e importações diretas por redes de pizzarias e supermercados. Para a entidade, a entrada desses produtos pressiona preços e afeta a relação entre indústrias e produtores.

As pequenas indústrias também enfrentam desvantagens em relação às empresas maiores, que conseguem importar ingredientes e insumos. Os pequenos laticínios dependem do leite produzido no Estado e precisam ab-

sorver parte do aumento dos custos para manter a competitividade. Esse cenário também repercute no preço pago ao produtor.

Outro ponto destacado pela entidade é a diferença entre a capacidade instalada e a produção atual. O parque industrial gaúcho tem capacidade estimada entre 19 milhões e 20 milhões de litros por dia, enquanto a produção está em cerca de 10,5 milhões de litros. Com a ociosidade, as indústrias buscam aumentar a produtividade dos produtores com os quais já trabalham e reduzir custos de produção, logística e assistência técnica.

A estratégia prevê ampliar a oferta nas regiões onde as empresas já fazem a captação. A concentração pode reduzir despesas. A Apil também defende medidas para diminuir os efeitos das importações e ampliar a competitividade das indústrias nacionais.

Entre as propostas está a adoção de uma sobretaxa para produtos importados, especialmente leite em pó e queijo muçarela da Argentina e do Uruguai. A entidade discute o tema com o G100 e a Associação Brasileira das Indústrias de Queijo (ABIQ), além de defender alternativas para ampliar o acesso ao crédito e estimular o consumo.

CORREIO
NO MUNDO



Teerã ofereceu reabrir estreito de Hormuz em troca de alívio econômico

Estados Unidos rejeitam cessar-fogo proposto pelo Irã

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou no sábado (26) que rejeitou uma proposta do Irã para um cessar-fogo de sete dias. A proposta envolvia a reabertura do estreito de Hormuz durante o período em troca do fim do embargo econômico imposto por Washington e reiniciaria as negociações de paz.

“Rejeito a proposta deles”, disse Trump a repórteres do lado de fora da Casa Branca. Os iranianos “querem um acordo para abrir o estreito imediatamente porque estão perdendo terreno de forma espetacular”, afirmou o presidente. “Eles querem um acordo, e tudo bem para mim. Eu também gosto de fazer acordos.”

Em quase 7 meses de guerra, a posição do americano mudou reiteradamente. A começar pela própria duração do conflito, que Trump prometeu que seria de poucos dias.

Americano ameaça “aniquilação” do Irã

Em várias ocasiões, o presidente afirmou que estava perto de um acordo com Teerã, para horas depois ser desmentido por autoridades do regime. E sua declarada disponibilidade a fazer acordos contrasta com ameaças também repetidas de aniquilação do Irã.

Segundo autoridades americanas ouvidas pelo Wall Street Journal, o republicano teria dito a assessores que espera retomar os bombardeios contra o rival após as eleições legislativas de novembro.



Masoud Pezeshkian diz que Irã não abrirá mão do programa nuclear

Nova campanha de bombardeios é “provável”

A proposta de Teerã previa que os EUA suspendessem o bloqueio naval, descongelassem parte dos ativos iranianos e retirassem sanções às exportações de petróleo. Em troca, o Irã reabriria Hormuz e iniciaria negociações sobre seu programa nuclear. Embora diga publicamente que Teerã busca um acordo e defenda o desmantelamento do programa nuclear iraniano, Trump demonstra em privado ceticismo sobre a disposição do país em atender às exigências americanas. O presidente afirmou a integrantes de sua equipe considerar provável novos bombardeios.

Trump reluta em retomar operações militares

Segundo as autoridades americanas ouvidas pelo Wall Street Journal, Trump reluta em retomar operações militares de grande escala, em parte porque Washington pretende preservar munições, cujos estoques estão diminuindo, para outras possíveis situações. As mesmas pessoas afirmaram, porém, que a posição do presidente pode mudar nas próximas semanas e ser afetada pelo resultado das eleições legislativas.

Trump mira eleições

A proximidade das eleições tornou a guerra particularmente sensível para Trump. O conflito, iniciado em fevereiro, é impopular entre os americanos e ajudou a elevar os preços dos combustíveis e o custo de vida, tema central para os eleitores. Pesquisa Reuters/Ipsos divulgada nesta semana mostrou sua aprovação em apenas 32%, a menor de sua carreira política.

Aprovação em baixa

Apenas 24% dos entrevistados disseram aprovar a forma como ele conduz a guerra contra Teerã, enquanto 17% aprovavam sua atuação em relação ao custo de vida.

No mesmo levantamento, 43% dos entrevistados disseram que votariam nos democratas nas eleições legislativas, ante 35% nos republicanos.

Pedido aos apoiadores

O pleito de 3 de novembro definirá o controle do Congresso e pode dificultar a agenda de Trump nos dois últimos anos de seu mandato caso seu partido perca uma das Casas. O presidente tem tentado transformar a votação em uma espécie de referendo sobre seu governo e pediu a apoiadores que ajam como se seu nome estivesse nas cédulas.

Mediadores em cena

EUA e Irã continuam negociando por meio de mediadores, inclusive sobre a questão nuclear, segundo uma autoridade americana. Qatar e outros países da região tentam reativar as conversas e, em uma reunião, o Irã apresentou a ideia da pausa de sete dias nos combates, de acordo com pessoas familiarizadas com as discussões.

Guarda Revolucionária

Mediadores árabes disseram que diplomatas iranianos apresentaram diferentes propostas para encerrar a guerra e reconheceram o agravamento da crise econômica no país. A Guarda Revolucionária iraniana, por outro lado, afirmou que não considera novas fórmulas para um acordo e que está preparada para uma guerra prolongada, segundo o Wall Street Journal.

Negociações continuam

Apesar da troca de acusações, Trump e o presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, retomaram contatos à margem da Assembleia Geral da ONU. O chanceler iraniano, Abbas Araghchi, reuniu-se com o enviado de Trump Steve Witkoff e com Jared Kushner, genro do presidente. Foram as primeiras conversas diretas entre os dois lados desde o fim de junho.

Na ONU, Rússia condena ações dos EUA na Venezuela e no Irã

Ministro russo discursou na Assembleia Geral; Putin não compareceu novamente

Por **Victor Lacombe**
(Folhapress)



Na sede da ONU, Serguei Lavrov acusa Europa de sabotar paz na Ucrânia

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, condenou neste sábado (26) as ações militares dos Estados Unidos na Venezuela e no Irã —enquanto, ao mesmo tempo, acusou a Europa de sabotar um acordo de paz na Ucrânia, país invadido por Moscou.

“Em contradição a todas as normas, incluindo as morais, os EUA invadiram a Venezuela e sequestraram seu presidente, Nicolás Maduro, junto da esposa [Cilia Flores]. Eles estão detidos hoje em uma prisão americana, sem julgamento, apesar da imunidade garantida a chefes de Estado pela lei internacional”, disse Lavrov em seu discurso na Assembleia Geral da ONU.

O julgamento de Maduro, que já possui um advogado, está marcado para começar em junho de 2027. Ele é acusado pelos EUA de facilitar o tráfico de drogas, entre outros crimes. “Exigimos sua libertação imediata”, afirmou Lavrov.

O chanceler russo prosseguiu: “É inaceitável que a força tenha sido usada para matar Ali Khamenei e membros da sua família”, em referência ao ex-líder supremo do Irã, país também aliado de Moscou. “A agressão israelo-americana atinge a infraestrutura civil do Irã, incluindo a nuclear”, afirmou —a Rússia também ataca infraestrutura civil ucraniana com frequência, de acordo com as Nações Unidas.

Lavrov afirmou que a Rússia está disposta a cooperar para “estabilizar” o estreito de Hormuz, bloqueado por Teerã desde o início da guerra lançada por Donald Trump e Binyamin Netanyahu.

O ministro de Vladimir

Putin tentou pintar uma imagem de uma Rússia cercada de aliados e parceiros —não isolada do sistema financeiro internacional e dos mercados europeus, consequência das sanções impostas contra Moscou pela União Europeia.

“Os países do sul e do leste global vem, cada vez mais, assumindo sua segurança por conta própria, sempre em respeito ao direito internacional”, disse Lavrov. “Nossos muitos amigos, seja no Brics, seja na Organização de Cooperação de Xangai, são prova disso.”

Sobre a guerra da Ucrânia, Lavrov disse que “ações irresponsáveis” vêm sendo tomadas por aliados de Kiev, em referência a entrega de armas utilizadas contra a Rússia no conflito.

“Em nome de uma suposta contenção da Rússia, os EUA destruíram a segurança europeia e criaram um regime russofóbico em Kiev. Entendendo como isso é fútil, a Europa faz de tudo para sabotar conversas de paz nas quais o governo Trump tem interesse”, prosseguiu.

“O Ocidente entope a Ucrânia de armas, ajudando-a a mirar civis e infraestrutura civil na Rússia. As aspirações [dos EUA e da Europa] de derrotar a Rússia no campo de batalha levam a um beco sem saída estratégico”, disse Lavrov.



George Russell liderou a corrida do início ao fim e venceu o GP em Baku

George Russell vence Grand Prix do Azerbaijão em chegada emocionante

O circuito de Baku foi emocionante! Em corrida marcada pela dominância do britânico da Mercedes, George Russell – que não perdeu a primeira posição em momento algum da prova –, o momento da bandeirada quadriculada reservou aos fãs de Fórmula 1 momentos de pura emoção. Isso porque o tetracampeão mundial, Max Verstappen, da Red Bull Racing, aproveitou o acidente de Bottas, da Cadillac, para se aproximar do líder, tendo em mãos o “modo de ultrapassagem”. Na linha de chegada, Russell, que dominou a prova inteira, viu Max Verstappen se aproximar de forma agressiva, fazendo com que uma corrida tranquila para o piloto da Mercedes terminasse sendo decidido por um intervalo de um milésimo de segundo. A vitória de George foi a mais apertada do Mundial desde 2023, e a 11ª da história do esporte. Isack Hadjar, da Red Bull, terminou em terceiro.

Russell segue vivo na briga pelo Mundial

Essa foi a terceira vitória de George Russell na temporada, e a oitava da carreira. Esse resultado também foi importante para as ambições de Russell no campeonato, já que ele conseguiu diminuir a distância para o líder do mundial, seu companheiro de equipe, Kimi Antonelli. George chegou aos 236 pontos, ficando 66 atrás de Antonelli. A distância anteriormente era de 81 pontos. Russell segue vivo na disputa pelo título. Quem comemora essa rivalidade é a própria Mercedes, que disparou no Mundial de Construtores, com 578 pontos.

GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL



Red Bull teve Max em segundo e Hadjar em terceiro no Azerbaijão

Polêmica envolvendo Franco Colapinto

O circuito de rua de Baku também ficou marcado por uma série de acidentes. Como de costume, Lance Stroll e Fernando Alonso não terminaram a corrida devido a problemas com os carros da Aston Martin. Alexander Albon, da Williams, e Valtteri Bottas, da Cadillac, bateram no muro em momentos diferentes e também não completaram a prova. Mas a polêmica da etapa foi um acidente ocasionado pelo argentino Franco Colapinto, da Alpine, que tirou seu companheiro de equipe, Pierre Gasly, e Lando Norris, da McLaren, e ele da prova.

Lando Norris pede banimento do argentino

Colapinto escorregou na relargada e acabou batendo em Gasly e Norris. Revoltado com a situação, o piloto da McLaren pediu publicamente a suspensão do argentino. “Acho que a FIA deveria ser mais rigorosa e começar a banir pilotos por esse tipo de coisa”, disse Lando Norris, que também falou que pilotos que cometem esse tipo de erros “não merecem estar aqui [na F1]”. A declaração causou reações diferentes no grid.

Franco pede desculpas

Franco Colapinto pediu desculpas publicamente pelo incidente, que causou dissabores dentro da própria equipe, já que a batida tirou as duas Alpines da prova, impedindo o time de pontuar. “Isso não deveria acontecer. Foi um travamento e ficou completamente fora de controle, então não havia muito que eu pudesse fazer”, disse o argentino.

Punição anunciada

A FIA anunciou a punição para o piloto argentino, que inicialmente foi de perda de 10 segundos. Porém, como ele não conseguiu terminar a prova, a pena foi convertida na perda de cinco posições no grid do próximo GP, que será o Grande Prêmio da Malásia, agendado para o dia 4 de outubro. “Eu realmente não sei nem o que dizer”, disse Gasly sobre o caso.

Briatore decepcionado

“Incidentes assim não deveriam acontecer, ainda mais quando tínhamos bom desempenho e com ambos os carros podendo pontuar. Sinto muito pelo time e pelo Pierre, que fez um ótimo trabalho durante o fim de semana. Também peço desculpas a Lando e à McLaren por termos arruinado a corrida deles”, disse o conselheiro executivo da Alpine, Flavio Briatore.

Tomar providências

“Franco assumiu a responsabilidade pelo ocorrido. Na verdade, ele freou muito tarde, dado o contexto da corrida e o reinício após o Safety Car. Foi uma manobra muito ruim para um piloto com a experiência dele. Quero dedicar um tempo para refletir e considerar qual medida deve ser tomada para que possamos aprender e evitar que se repita no futuro”, concluiu.

Max e Russell discordam

Quem saiu em defesa do piloto argentino foram os pilotos George Russell e Max Verstappen, que não concordaram com os pedidos de suspensão pedidos a Franco Colapinto por Lando Norris. “Na minha opinião, suspensões deveriam ocorrer quando os pilotos fazem algo intencionalmente muito perigoso e imprudente”, disse George Russell. Max endossou a fala.

Verstappen quer segurança

Max também se posicionou sobre os GPs de Qatar e Abu Dhabi. O piloto disse à viaplay que as etapas não deveriam ocorrer em meio à guerra. “Normalmente estaria ansioso para ir ao Qatar e Abu Dhabi, mas quando você sabe que há uma guerra acontecendo nas proximidades... não acho que deveríamos ir para lá. Mas isso está fora do meu controle”, disse.



Isa fez o gol da virada do São Paulo sobre o Corinthians, na Neo Química Arena

São Paulo sai na frente na decisão do Brasileirão Feminino

Soberanas bateram o Corinthians, de virada, no jogo de ida das finais

Com a vitória por 2 a 1 sobre o Corinthians na Neo Química Arena neste sábado (26), o São Paulo jogará com a vantagem em casa na partida de volta da final do Brasileirão Feminino A1 no próximo sábado (3).

As Soberanas vão atrás da revanche para levantar a taça pela primeira vez, enquanto as Brabas buscam o oitavo título em sua 10ª final consecutiva.

A PARTIDA

O Corinthians começou o jogo dominando mais os ataques e, aos 4 minutos, um primeiro chute perigoso de Vic Albuquerque saiu por cima do gol. A pressão deu resultado e, aos 10 minutos, Gabi Zanotti abriu o placar, com um contra-ataque que começou pelo lado direito e terminou no cruzamento de Vic para a atacante cabecear.

A resposta das Soberanas veio 8 minutos depois, com a Serrana pela direita, que, em uma tabela com Aline Milene, colocou na área para Crivelari empatar o jogo. A partir dos 30 minutos, o São Paulo criou mais oportunidades em busca da vantagem.

Em uma saída errada da defesa corintiana, Robinha interceptou e chutou de fora da área, mas a bola saiu pela lateral. Depois, Bruna Calde-

ran encontrou espaço e fez um excelente passe para Isa, que chutou cruzado para fora. Antes dos acréscimos, Serrana arriscou também de fora da área, mas a bola parou em Nicole.

A goleira do Corinthians fez boas defesas no início do segundo tempo, incluindo um rebote aos 10 minutos, mas o time não conseguiu segurar o ritmo ofensivo das visitantes. Com 22 minutos, aproveitando mais um erro de saída da defesa, mas, dessa vez, no meio de campo, Isa disparou pro ataque e fez o segundo do São Paulo.

Nem mesmo a virada calou a arquibancada, que, embalada pela Gaviões da Fiel, vibrou cada ataque e defesa das Brabas do início ao fim. Estiveram presentes 21.871 torcedores, público que superou a partida da semifinal, contra o Bahia, no mesmo estádio, marcando assim o recorde das competições nacionais femininas em 2026.

MILIONÁRIAS

Neste ano, a premiação é de R\$ 2 milhões para o campeão e R\$ 1 milhão para o vice. Os 18 clubes que disputaram a 1ª fase receberam R\$ 720 mil (valor que é o dobro do ano anterior) como cota de participação.

Jogador do Fluminense foi convocado pela primeira vez para defender a Amarelinha

O meio-campista Martinelli, do Fluminense, quer valorizar sua primeira convocação para a Seleção Brasileira e a oportunidade de trabalhar com o técnico Carlo Ancelotti. Em entrevista à CBF TV, ele explicou que deseja agarrar a oportunidade, pois sabe o quão foi difícil chegar à Amarelinha, e destacou que os atletas devem se sentir “privilegiados”.

– Todo jogador quer vestir o escudo da Seleção. Só tenho que agradecer a Deus por essa oportunidade, pelo professor e por todo o staff. E a cada dia que passa aqui estou desfrutando ao máximo, vivendo intensamente, porque a gente sabe como é difícil estar aqui. Temos que nos sentir privilegiados e dar a nossa vida pela Seleção – comemorou.

Ele foi selecionado para o lugar de João Pedro, atacante do Chelsea desconvocado por lesão. Contou que, após receber a notícia de que tinha sido chamado, conversou com o companheiro de Fluminense Thiago Silva, que jogou com Ancelotti no Milan e no PSG, para entender o dia a dia com o italiano.

– A gente sabe que o Mister é um treinador de alta bagagem, de títulos, de times. Quando recebi a ligação que infelizmente o João Pedro teve uma lesão e eu fui chamado, fiquei muito feliz. No outro dia, o Thiago (Silva), que trabalhou com ele no Milan, comentou comigo, me passou algumas coisas. Esse momento é muito importante na minha carreira e espero ajudar muito o Mister e todos nossos companheiros da Seleção – disse.

FLUMINENSE

Antes de receber esta chance, seu nome era muito pedido por torcedores do Fluminense, que acompanharam sua evolução e trajetória vitoriosa. No Tricolor das Laranjeiras, conquistou os Campeonatos Carioca de 2022 e 2023, a Libertadores de 2023 e a Recopa de 2024.

– Fiquei feliz quando meu nome foi especulado. Quando eu fiquei sabendo que estava na lista larga, fiquei mais feliz ainda. Só de estar ali, era um motivo de muita alegria

“
[O Fluminense] representa demais para mim. É o clube que me fez homem, que me fez jogador, que me deu essa oportunidade de mostrar o meu futebol, junto com todos meus companheiros, staff. Todo mundo me ajudou demais.”

Martinelli
Meio-campo da Seleção e do Fluminense



Martinelli durante treino pela Seleção Principal em Brisbane, após o primeiro amistoso com a Austrália. Meio-campista pode ganhar chance nesta terça

Martinelli diz que convocados para Seleção devem se sentir “privilegiados”

para mim. Quando eu passava na zona mista dos jogos, o pessoal comentava, mas eu tinha que estar focado no meu clube para que eu faça o meu melhor desempenho, para que eu possa chegar na Seleção e corresponder à altura – afirmou.

O paulista de Presidente Prudente atua no clube do Rio de Janeiro desde 2017, quando iniciou nas categorias de base. Ao Fluminense, ele creditou boa parte de seu desenvolvimento pessoal e profissional.

– [O Fluminense] representa demais para mim. É o

clube que me fez homem, que me fez jogador, que me deu essa oportunidade de mostrar o meu futebol, junto com todos meus companheiros, staff. Todo mundo me ajudou demais. Foi a porta de entrada para que eu pudesse mostrar meu futebol, meu valor, para que um dia eu pudesse chegar na Seleção. Tenho total gratidão pelo clube. E vou continuar sempre dando a vida pelo meu clube para que eu possa estar mais vezes aqui – agradeceu.

Em sua chegada à Seleção, o camisa 20 é um dos nove estreantes, ao lado de

Mauro Júnior, Otávio, Jair, Arthur Dias, Breno Bidon, Matheuzinho, Gabriel Bonfante e Pedro Morisco.

EVOLUÇÃO EM MIRA

No primeiro amistoso desta Super Data FIFA, Martinelli não foi a campo no empate em 1 a 1 com a Austrália, na última sexta-feira (25), em Townsville. De olho no próximo duelo contra os australianos, na terça (29), e diante da Índia, no sábado (3), o meio-campista reforça que a Amarelinha encara as partidas com muita seriedade e com o objetivo de “evoluir a cada jogo”.

– A gente sabe que são jogos importantes para nós. É o início de uma trajetória, de uma caminhada. A gente está encarando esses jogos com muita seriedade. Tivemos o primeiro jogo contra a Austrália e agora vamos ter o segundo. É uma equipe que tem suas qualidades, que é forte fisicamente, estamos conversando para que a gente possa evoluir a cada jogo, sentir à vontade e se adaptando dentro do esquema que o Mister quer. É jogo a jogo, mostrar a nossa força, criar nossa identidade, para que a gente possa evoluir e seguir fortes – concluiu.

Gente VIP

BARROS MIRANDA
barrosmiranda@correiodamanha.net.br

Rio de Janeiro leva serviços e informações turísticas à Feira de Turismo de Buenos Aires em momento de recorde no fluxo internacional

O Rio de Janeiro está presente na 30ª edição da Feira Internacional de Turismo da América Latina (FIT), em Buenos Aires, com uma proposta voltada à prestação de serviços e ao acesso a informações turísticas, por uma decisão pessoal do Governador em Exercício Ricardo Couto que considera o turismo uma das atividades principais para o estado. A participação da Secretaria de Estado de Turismo (Setur-RJ) e da TurisRio foi autorizada pela Casa Civil, disponibiliza aos visitantes recursos para conhecer destinos, atrativos e experiências das 12 regiões turísticas do estado, facilitando o planejamento de viagens pelo território fluminense.

Um dos principais serviços oferecidos no espaço é um mapa interativo, que permite ao visitante consultar informações sobre diferentes destinos e atrativos turísticos das regiões do estado. O estande também conta com uma área instagramável, onde o público pode registrar a passagem pela feira e levar uma lembrança fotográfica da experiência.

A iniciativa ocorre em um momento de forte movimentação do turismo internacional no Rio de Janeiro. Dados da Embratur apontam que o estado recebeu 1.666.079 turistas internacionais entre janeiro e agosto de 2026, segundo os registros de chegadas ao país. O resultado coloca o Rio de Janeiro entre os principais destinos brasileiros para visitantes estrangeiros e reforça a importância da conectividade internacional do estado.

A edição deste domingo (27) do terceiro maior jornal diário da Argentina, o PÁGINA 12, circulou com um caderno de 16 páginas sobre as regiões turísticas do estado do Rio, em uma ação conjunta com o Correio da Manhã do Brasil. O caderno foi distribuído e disputado pelos visitantes da Feira que formavam fila para receber o seu exemplar.

Para Alfredo Lopes, presidente do HotéisRio, presente na Fitur “foi de grande importância termos o Rio atender o público final que visitava a feira. Nas edições anteriores nunca tivemos material em quantidade para atender estes milhares de visitantes”.

Lopes também ressaltou a importância de um caderno inteiro sobre o Rio em um dos principais jornais argentino. “Uma medida que merece aplauso e mostra que a promessa que o governador Ricardo Couto fez a hotelaria que iria apoiar a divulgação do Rio está sendo realizada”

Dentro desse fluxo, a Argentina ocupa posição de destaque. Até agosto de 2026, 562.787 turistas argentinos chegaram ao Rio de Janeiro. O número representa uma parcela significativa do fluxo internacional recebido pelo estado e reforça a relevância do mercado argentino para a atividade turística fluminense.

“Em um momento de crescimento da chegada de visitantes internacionais, é importante que o turista encontre informação acessível para organizar sua viagem. A participação na FIT permite apresentar, de forma objetiva e útil, as possibilidades que o Rio de Janeiro oferece em suas diferentes regiões, ajudando o visitante a descobrir novos destinos e experiências além dos roteiros tradicionais”, afirma o secretário de Estado de Turismo, Lucas Alves.

A Feira Internacional de Turismo da América Latina (FIT) acontece de 26 a 29 de setembro, no complexo La Rural, em Buenos Aires, e chega em 2026 à sua 30ª edição. O evento reúne destinos, empresas, profissionais do setor e público geral em uma programação que inclui espaços temáticos, rodadas de negócios, atividades profissionais e experiências voltadas aos viajantes.



Equipe da Secretaria de Estado de Turismo do Rio em frente ao estande na Fitur de Buenos Aires



Parceria entre Página 12 e o Correio da Manhã rendeu a publicação de um caderno especial sobre os pontos turísticos do Rio no jornal argentino



Bernardo Fellows, da Riotur, e o subsecretário do RJ Ramiro Fidalgo, recebendo autoridades de Salta, da Argentina, com o Caderno Especial na mesa



Cardeno Especial de 16 páginas sobre os destinos turísticos das regiões do estado do Rio



Alfredo Lopes, presidente do HotéisRio, na Fitur Buenos Aires



Ygor Oliveira, Subsecretário da Setur-RJ, na feira de turismo da Argentina



Ramiro Fidalgo, Subsecretário Adjunto da Setur-RJ com o exemplar do caderno especial

FOTOS CM